

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CAMPUS SOROCABA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

CRISTO FILIPE NOVELA

CRESCIMENTO ECONÔMICO E POBREZA EM MOÇAMBIQUE: UMA ANÁLISE DO
CRESCIMENTO PRÓ-POBRE (1996/97 - 2022/23)

Sorocaba

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

CAMPUS SOROCABA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

CRESCIMENTO ECONÔMICO E POBREZA EM MOÇAMBIQUE: UMA ANÁLISE DO
CRESCIMENTO PRÓ-POBRE (1996/97 - 2022/23)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, da Universidade Federal de São Carlos, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Vilela Rodrigues

Sorocaba

2025

“Todos os dias, sob todos os pontos de vista, vou indo cada vez melhor e melhor em todos os sentidos. Amém” Émile Coué

© **Cristo Filipe Novela, 2025**

A reprodução total ou parcial deste trabalho é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que citada a fonte.

CRISTO FILIPE NOVELA

CRESCIMENTO ECONÔMICO E POBREZA EM MOÇAMBIQUE: UMA ANÁLISE DO
CRESCIMENTO PRÓ-POBRE (1996/97 - 2022/23)

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Economia Aplicada, da
Universidade Federal de São Carlos, como
requisito parcial para a obtenção do título
de Mestre em Economia.

Aprovado em 17 de Novembro de 2025

Prof. Dr. Rodrigo Vilela Rodrigues

(Presidente/Orientador – Universidade Federal de São Carlos)

Prof^a. Dra. Andrea Rodrigues Ferro

(Banca Examinadora – Universidade Federal de São Carlos)

Prof^a. Dra. Rosangela Maria Pontili

(Banca Examinadora – Universidade Estadual do Oeste do Paraná)

Sorocaba

2025

Novela, Cristo Filipe

Crescimento econômico e pobreza em Moçambique: uma análise do crescimento pró-pobre (1996/97-2022/23) / Cristo Filipe Novela -- 2025.
98f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba
Orientador (a): Prof. Dr. Rodrigo Vilela Rodrigues
Banca Examinadora: Prof. Dra. Andrea Rodrigues Ferro,
Prof. Dra. Rosangela Maria Pontili
Bibliografia

1. Crescimento pró-pobre. 2. Pobreza . 3. Moçambique. I. Novela, Cristo Filipe. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano -
CRB/8 6979

DEDICATÓRIA

À minha esposa e minha família, pelo carinho, incentivo e apoio incondicional

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha eterna gratidão pela oportunidade de realizar um mestrado em Brasil e pela saúde e força concedidas ao longo desta jornada acadêmica.

Aos meus pais, Filipe Acácio Novela e Eugénia Ernesto Cumbe, agradeço profundamente pelo amor, confiança e apoio incondicional, mesmo à distância. O exemplo e os valores que me transmitiram foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

À minha esposa, Vanda Raúl Dgedge, minha companheira de vida, agradeço pela paciência, compreensão, incentivo e amor constante. Sua presença foi essencial nos momentos de superação e conquista.

Aos meus irmãos que caminharam comigo durante esta jornada, especialmente ao Notício Novela, Eugénia Novela, Nélia Novela, Assya Eva Novela, e aos meus amigos Edilson Chambo e Danilo Langane agradeço pelo companheirismo, pelas conversas, partilhas e apoio, tanto nos desafios quanto nas alegrias.

Ao professor Rodrigo Vilela Rodrigues, meu orientador, manifesto meu profundo reconhecimento pela orientação dedicada, pela escuta atenta, paciência e valiosas contribuições que possibilitaram a realização deste trabalho.

A todos os professores que passaram pela minha trajetória e contribuíram com saberes e experiências que enriqueceram minha formação.

Ao Núcleo de Estudos em Economia Aplicada (NEA), agradeço pela acolhida, pelas oportunidades de aprendizado e pela constante troca de conhecimentos, que contribuíram significativamente para o amadurecimento da minha formação acadêmica

Ao Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras (GCUB), por meio do Programa GCUB-Mobilidade internacional, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agradeço pelo apoio financeiro que viabilizou a realização desta Pós-graduação.

À Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e à Universidade Federal de São Carlos (UFSCar Campus Sorocaba), minha sincera gratidão por terem sido pilares fundamentais em minha formação acadêmica e pessoal.

RESUMO

Esta dissertação investiga se crescimento econômico, desigualdade de renda e pobreza em Moçambique, com base em dados em painel das províncias do país, pode ser caracterizado como pró-pobre. O objetivo é avaliar se o crescimento econômico esteve associado à redução da pobreza e identificar o papel de variáveis estruturais relacionadas à educação, à saúde e ao saneamento. Os resultados econométricos indicam que o crescimento econômico apresenta efeito negativo e estatisticamente significativo sobre a pobreza, sugerindo que aumentos da renda média estão associados à sua redução. Por outro lado, a desigualdade de renda, medida pelo índice de Gini, exerce efeito positivo e significativo, indicando que aumentos na desigualdade estão associados ao aumento da pobreza, mesmo quando se controlam outros fatores socioeconômicos. Entre as variáveis estruturais, a taxa bruta de escolaridade mostrou-se estatisticamente significativa e negativamente associada à pobreza, evidenciando a importância da progressão e permanência escolar. A infraestrutura de saúde apresentou efeitos negativos e, em algumas especificações, significância estatística ou marginal, sugerindo um papel relevante na redução da vulnerabilidade socioeconômica. Em contraste, os indicadores de saneamento básico não apresentaram significância estatística nos modelos estimados. De forma geral, os resultados indicam que a pobreza em Moçambique é influenciada de maneira consistente pelo crescimento econômico e pela desigualdade de renda, sendo que avanços educacionais mais amplos e o acesso à saúde constituem canais estruturais relevantes para explicar sua dinâmica.

Palavras-chave: Crescimento pró-pobre; Pobreza; Moçambique; Políticas públicas.

ABSTRACT

This dissertation investigates whether economic growth, income inequality, and poverty in Mozambique, based on panel data from the country's provinces, can be characterized as pro-poor. The study aims to assess whether economic growth is associated with poverty reduction and to identify the role of structural variables related to education, health, and sanitation. The econometric results indicate that economic growth has a negative and statistically significant effect on poverty, suggesting that increases in average income are associated with its reduction. Conversely, income inequality, measured by the Gini index, has a positive and significant effect, indicating that increases in inequality are associated with higher poverty, even when controlling for other socioeconomic factors. Among the structural variables, the gross enrollment rate was statistically significant and negatively associated with poverty, highlighting the importance of school progression and retention. Health infrastructure showed negative effects and, in some specifications, statistical or marginal significance, suggesting a relevant role in reducing socioeconomic vulnerability. In contrast, basic sanitation indicators were not statistically significant in the estimated models. Overall, the results indicate that poverty in Mozambique is consistently influenced by economic growth and income inequality, while broader educational progress and access to health services represent important structural channels explaining its dynamics.

Keywords: Pro-poor growth; Poverty; Mozambique; Public policy.

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLA E SÍMBOLOS

ADB – Asian Development Bank

APIE – Administração da Propriedade e Imobiliário do Estado

BM – Banco Mundial

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CARE – Concern American for the Reconstruction of Europe

CDESC – Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

CEEG – Centro de Estudos de Economia e Gestão

CM – Conselho de Ministros

CPCCN – Conselho Coordenador de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais

DPCCN – Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais

FMI – Fundo Monetário Internacional

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

GCUB – Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras

GdM – Governo de Moçambique

IAF – Inquérito aos Agregados Familiares

IDH Índice de Desenvolvimento Humano

INE – Instituto Nacional de Estatística

IOF – Inquérito ao Orçamento Familiar

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MF – Ministério das Finanças

MEF – Ministério da Economia e Finanças

MQO – Mínimos Quadrados Ordinários

MPF – Ministério do Plano e Finanças

NEA – Núcleo de Estudos em Economia Aplicada

NGO/ONG – Organização Não-Governamental

PARPA – Plano de Ação para Redução da Pobreza Absoluta

PARP – Plano de Ação para Redução da Pobreza

PAE – Plano de Ação Económica

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PQG – Plano Quinquenal do Governo

PRE – Programa de Reabilitação Económica

PRES – Programa de Reabilitação Económica e Social

PRSPs – Poverty Reduction Strategy Papers

RAP – Relatório Anual da Pobreza

RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UN – United Nations (Nações Unidas)

UNDP – United Nations Development Programme (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)

USD – United States Dollar (Dólar dos Estados Unidos)

UAP – Unidade de Alívio à Pobreza

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. CRESCIMENTO, CRISES E POLÍTICAS DE COMBATE À POBREZA EM MOÇAMBIQUE	19
3. REVISÃO DA LITERATURA	36
3.1.O conceito de crescimento pró-pobre	36
3.2.Pobreza - Discussão do conceito	38
3.3.Fundamentos teóricos sobre pobreza, crescimento econômico e desigualdade de renda	43
3.4.Evidências empíricas de crescimento pró-pobre: uma perspectiva internacional com destaque para Moçambique	46
4. METODOLOGIA	53
4.1.Fonte e tratamento de dados	53
4.2.Modelagem econométrica	55
5. RESULTADOS	58
5.1 Estatísticas descritivas das variáveis	58
5.2 Resultados Econométricos (PIB + Gini)	65
5.3 Resultados Econométricos (PIB + Gini + variáveis estruturais)	66
5.4 Resultados Econométricos: Modelos Combinados (Educação, Saúde e Saneamento)	71
5.5 Discussão Geral dos Resultados	77
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80
8. APÊNDICES	93

1. INTRODUÇÃO

A pobreza constitui uma das mais persistentes e complexas manifestações da desigualdade social nos países em desenvolvimento. Longe de ser apenas um problema econômico, ela carrega implicações multidimensionais que afetam negativamente a dignidade humana, o acesso a direitos básicos e as possibilidades de inserção cidadã. Em Moçambique, apesar dos progressos verificados nas últimas décadas em termos de crescimento econômico, estabilidade macroeconômica e abertura ao comércio internacional, os índices de pobreza permanecem elevados e desigualmente distribuídos entre as províncias (INE, 2021; UNDP, 2020). Entre 1996 e 2022, o Produto Interno Bruto (PIB) real do país cresceu, em média, cerca de 4,5% ao ano, impulsionado principalmente pelos setores de energia, mineração e agricultura (Banco Mundial, 2023). Esse desempenho foi acompanhado por relativa estabilidade macroeconômica, refletida em taxas médias de inflação próximas de 6% na última década (2013–2022) e em uma política fiscal orientada à consolidação das contas públicas (FMI, 2022). No campo externo, Moçambique intensificou sua abertura comercial, com o volume de exportações crescendo significativamente após a adesão à Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a expansão dos investimentos estrangeiros diretos, especialmente nas indústrias extrativas e de gás natural (UNCTAD, 2022). Todavia, esse dinamismo econômico não se traduziu em uma redução proporcional da pobreza. Apesar da expressiva expansão do produto ao longo das últimas décadas, os níveis de pobreza monetária em Moçambique apresentaram redução limitada e posterior estagnação, evidenciando um descompasso entre crescimento econômico e melhoria das condições de vida da população. Esse paradoxo desafia as abordagens tradicionais de desenvolvimento e reforça a necessidade de uma análise crítica sobre a qualidade, a abrangência e os efeitos distributivos do crescimento econômico moçambicano.

A literatura econômica contemporânea tem se debruçado sobre a necessidade de qualificar o crescimento econômico não apenas em termos de quantidade (isto é, do aumento do Produto Interno Bruto - PIB), mas também da sua capacidade de beneficiar os segmentos mais pobres da população. Neste contexto, emerge o conceito de crescimento pró-pobre, que se refere à situação em que o crescimento econômico não apenas ocorre, mas também resulta em uma redução significativa da pobreza. Segundo Ravallion e Chen (2003), o crescimento é considerado pró-pobre quando a renda dos mais pobres cresce mais rapidamente do que a renda média da população. Essa abordagem reconhece que o crescimento pode ser

excludente, concentrando-se em setores ou regiões específicos, e que somente políticas econômicas bem desenhadas podem assegurar a sua inclusão social.

Em países como Moçambique, onde os desafios estruturais são profundos, desde a escassez de infraestrutura básica, a fragilidade institucional, o subemprego generalizado até o acesso limitado à educação e saúde, o crescimento econômico tende a beneficiar de forma desigual os diferentes grupos sociais. Além disso, o legado histórico da colonização, da guerra civil e das reformas econômicas pós-independência também contribui para a configuração atual das disparidades regionais e sociais (Castel-Branco, 2010; Hanlon & Smart, 2008). Embora o país tenha registrado, entre 1993 e 2015, uma taxa média de crescimento econômico superior a 7% ao ano (Banco Mundial, 2016), os avanços em termos de redução da pobreza foram desiguais e, em alguns períodos, praticamente estagnados (UNDP, 2020). Tais contradições apontam para a necessidade de avaliar não apenas se o crescimento existe, mas para quem ele serve.

Nesse sentido, a presente dissertação se propõe a investigar se o crescimento econômico observado em Moçambique ao longo dos anos de 1996/97, 2002/03, 2008/09, 2014/15 e 2022/23 pode ser classificado como pró-pobre. A análise será realizada a partir de um painel de dados em nível provincial, o que permite capturar as heterogeneidades regionais na evolução da pobreza e do desenvolvimento econômico. A metodologia adotada baseia-se no modelo teórico de Bruno, Ravallion e Squire (1998), posteriormente adaptado por Pinto e Oliveira (2010) e Santos (2011), que relaciona o crescimento do PIB per capita e a desigualdade de renda (medida pelo índice de Gini) com a variação nos níveis de pobreza. Trata-se, portanto, de um estudo que alia análise empírica com sólido embasamento teórico, voltado para a compreensão da qualidade do crescimento econômico sob a ótica da inclusão social.

A contribuição teórica deste estudo insere-se no debate sobre os determinantes do crescimento inclusivo e sobre os limites das estratégias puramente economicistas de desenvolvimento. A literatura já evidenciou, em diversos contextos, que o crescimento não é automaticamente benéfico aos pobres. Autores como Bourguignon (2004), Kakwani e Pernia (2000), Ravallion (2004) e Lopez (2004) demonstraram que o padrão distributivo do crescimento importa tanto quanto o seu volume absoluto, e que políticas de redução da pobreza devem considerar simultaneamente os efeitos do crescimento econômico e da desigualdade. Nesse contexto, torna-se necessário avaliar a elasticidade da pobreza ao

crescimento, isto é, em que medida variações na renda média e na desigualdade impactam nos níveis de pobreza.

Empiricamente, estudos recentes apontam que o impacto do crescimento sobre a pobreza depende de diversos fatores contextuais, tais como: a estrutura do mercado de trabalho, o acesso à educação, a efetividade das políticas públicas, a qualidade da governança e o grau de desigualdade preexistente (Ferreira & Ravallion, 2009; Lustig et al., 2013). Em Moçambique, a maioria das análises realizadas até o momento têm se concentrado em estimativas nacionais agregadas, com pouca ênfase nas dinâmicas regionais. A presente pesquisa se diferencia ao utilizar uma base de dados em painel com recortes provinciais e ao incorporar variáveis estruturais como alfabetização, privação de saneamento, escolaridade e infraestrutura de saúde. Esta abordagem permite uma compreensão mais precisa da relação entre crescimento e pobreza, considerando as especificidades locais e os condicionantes sociais da vulnerabilidade.

O presente trabalho se justifica por três principais razões. Em primeiro lugar, pela relevância social e política do tema, dada a persistência da pobreza em Moçambique, mesmo após décadas de reformas estruturais e crescimento econômico (INE, 2021; Hanlon & Smart, 2008). Em segundo lugar, pela escassez de estudos empíricos que abordem o tema sob a ótica do crescimento pró-pobre com dados desagregados por província (Arndt et al., 2012; Jones & Tarp, 2013). E, por fim, pela contribuição metodológica que a pesquisa oferece ao adaptar e aplicar um modelo amplamente referenciado na literatura internacional a um contexto nacional específico, ampliando o leque de evidências disponíveis sobre a efetividade do crescimento como mecanismo de combate à pobreza. Dessa forma, o objetivo geral da dissertação é analisar se o crescimento econômico observado em Moçambique, no período de 1996/97, 2002/03, 2008/09, 2014/15 e 2022/23, possui características pró-pobres. Os objetivos específicos que norteiam a pesquisa são: (i) estimar a elasticidade da pobreza em relação ao crescimento do PIB per capita e à desigualdade de renda (Gini); (ii) identificar os determinantes socioeconômicos associados à variação da pobreza nas províncias moçambicanas; e (iii) avaliar a contribuição das políticas públicas de educação, saúde e infraestrutura no combate à pobreza regional.

A metodologia utilizada baseia-se em modelos de regressão com dados em painel, estimados por mínimos quadrados, com dados coletados junto ao Instituto Nacional de Estatística (INE) e outras fontes oficiais. As variáveis dependentes e explicativas foram

tratadas com transformações logarítmicas e cálculo de variações percentuais, de modo a capturar os efeitos marginais e as relações dinâmicas entre os indicadores. O enfoque em elasticidades permite quantificar, de forma comparável, os efeitos do crescimento e da desigualdade sobre a pobreza, contribuindo para diagnósticos mais precisos e para a formulação de políticas baseadas em evidências.

A estrutura da dissertação está organizada da seguinte forma: o capítulo 1 apresenta a fundamentação teórica e a revisão da literatura sobre crescimento econômico, pobreza e desigualdade, com ênfase no conceito de crescimento pró-pobre. O capítulo 2 descreve a metodologia da pesquisa, detalhando as fontes de dados, as variáveis utilizadas e os procedimentos econométricos adotados. O capítulo 3 apresenta e discute os resultados empíricos obtidos a partir das estimações, com foco nas elasticidades e nas implicações regionais. Por fim, o capítulo 4 traz as conclusões da pesquisa, com reflexões sobre os achados, suas limitações e sugestões de políticas públicas voltadas para a promoção de um crescimento mais inclusivo e sustentável em Moçambique.

2. CRESCIMENTO, CRISES E POLÍTICAS DE COMBATE À POBREZA EM MOÇAMBIQUE

A pobreza em Moçambique insere-se em um contexto mais amplo da política econômica regional, sendo influenciada pelas relações político-econômicas entre os países da África Austral. Conforme destaca Newitt (1997) na década de 1970, a África do Sul buscou reduzir sua dependência econômica externa, o que impactou diretamente Moçambique. Esse processo levou à diminuição da demanda por serviços essenciais fornecidos pelo país, como o uso de seus portos, ferrovias e mão-de-obra. Como resultado, Moçambique enfrentou dificuldades econômicas adicionais, agravando a situação de pobreza da população e limitando suas oportunidades de desenvolvimento.

O crescimento acelerado das áreas urbanas, em um contexto de crise, contribuiu para a sobrecarga e degradação das infraestruturas e dos serviços sociais, intensificando a pobreza. Esse crescimento demográfico urbano não foi acompanhado por um desenvolvimento proporcional em termos de infraestrutura, acesso ao emprego, saúde, habitação, água, saneamento e transporte. Conforme aponta Negrão (2002), o êxodo rural desempenhou um papel central na urbanização de Moçambique, levando à adoção de estratégias de sobrevivência baseadas em redes de solidariedade oriundas do meio rural. Essas redes, ao interagirem com as dinâmicas urbanas, tornaram-se mecanismos fundamentais para mitigar os efeitos da pobreza nas cidades. Mendes (1985) destaca que, a partir de 1975, o governo moçambicano recém-independente, orientado por uma ideologia socialista, implementou medidas de intervenção estatal em diversos setores, resultando em benefícios para a população nos primeiros anos pós-independência. Essas ações contribuíram para a crescente atração das cidades, especialmente da capital, por parte da população rural. No entanto, o fluxo migratório para os centros urbanos foi, em certa medida, neutralizado por fatores que limitaram a capacidade das cidades de absorver esse contingente populacional, restringindo, assim, o impacto dessas políticas no longo prazo.

Mendes (1985) explica que, com a nacionalização dos imóveis após a independência de Moçambique, surgiu a necessidade de criar um órgão estatal responsável pela gestão habitacional, resultando na formação da Administração da Propriedade e Imobiliário do Estado (APIE). Esse organismo ficou encarregado da distribuição das habitações com base nas condições salariais e familiares, bem como da definição dos valores das rendas. Em Maputo, por exemplo, constatou-se a ocupação, por residentes das áreas periféricas de

caniço¹, de casas anteriormente pertencentes antigos ocupantes de nacionalidade portuguesa. No entanto, essa ocupação não se manteve, pois muitos dos novos moradores enfrentavam limitações para a adequada manutenção das habitações, resultando em sua rápida deterioração. Como consequência, o governo, por meio da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e da APIE, determinou a remoção desses ocupantes, passando a selecionar criteriosamente quem deveria permanecer ou ser realocado para essas residências.

Gentili (1989) observa que, entre o final de 1974 e meados de 1975, mais de cem mil famílias portuguesas que deixaram o país após a independência, além daqueles que já haviam emigrado anteriormente. Durante sua saída, muitos promoveram atos de sabotagem em edifícios, empresas e, em alguns casos, em imóveis residenciais que abandonaram, impactando negativamente setores estratégicos da economia moçambicana, até então sob seu controle. Essa sabotagem teve consequências graves, incluindo o aumento do desemprego entre milhares de moçambicanos e a rápida deterioração dos níveis de produção, aprofundando a crise econômica no período pós-independência. A retirada em massa dos colonos em 1975 representou uma profunda transformação em Moçambique, resultando na ruptura das estruturas do Estado colonial e na necessidade de estabelecer novas estruturas institucionais. Esse processo, caracterizado pela descolonização, trouxe desafios significativos para a reconstrução do país, uma vez que os recursos, a mão de obra qualificada e o controle sobre setores estratégicos da economia frequentemente organizados sob uma lógica de usufruto sem integração com as dinâmicas locais foram abruptamente interrompidos. As novas estruturas do Estado enfrentaram dificuldades em assumir o controle efetivo dessas áreas, o que impactou diretamente o desenvolvimento social e econômico do país.

Como destaca Abrahamson & Nilsson (1994), a retirada dos antigos proprietários de origem portuguesa em 1975 levou ao desaparecimento de uma grande parte da força de trabalho qualificada em Moçambique, o que teve um impacto significativo no desenvolvimento do país. A escassez de mão-de-obra qualificada dificultou o processo de reconstrução e modernização, especialmente em setores-chave da economia. Além disso, como observa Coelho (2004), o novo Estado independente não deu atenção imediata às questões de segurança da população, particularmente em relação às calamidades naturais.

¹ Em Maputo, as "áreas de caniço" são bairros pobres onde as casas são feitas de materiais simples, como bambu e chapa de zinco. Após a independência, muitas pessoas que viviam nesses locais ocuparam casas deixadas por colonos portugueses

Apenas após as cheias devastadoras dos rios Limpopo (1977) e Zambeze é que o governo criou a Comissão Inter-Provincial de Calamidades Naturais e Aldeias Comunais (CIPCNAC) com o objetivo de prestar socorro emergencial às populações afetadas. Em 1980, o governo estabeleceu o Conselho Coordenador de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais (CPCCN), que, posteriormente, levou à criação do Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais (DPCCN). Este departamento foi responsável por distribuir ajuda alimentar em parceria com organizações como a Concern American for the Reconstruction of Europe (CARE), que também contribuiu com assistência técnica para a formação do pessoal do DPCCN (Coelho, 2004).

Moçambique, situado em uma região com grandes variações de pluviosidade, experimentou um aumento na vulnerabilidade ecológica durante este período, o que exacerbou ainda mais os desafios econômicos e sociais do país. A seca que afetou o sul de Moçambique no início da década de 1980 agravou a situação da pobreza da população rural, uma vez que a agricultura, que deveria ser a base da economia nacional, foi severamente impactada. Isso diminuiu drasticamente as possibilidades de o governo implementar sua estratégia de desenvolvimento focada na agricultura, uma vez que a escassez de água e as condições climáticas desfavoráveis prejudicaram a produção agrícola e comprometiam a segurança alimentar de vastas populações rurais. Esse cenário contribuiu para um ciclo de pobreza ainda mais profundo, com consequências significativas para a estabilidade econômica e social do país. A crise em Moçambique foi ainda mais acentuada na década de 1980 com a ascensão da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO²), que adotou uma política de destabilização por meio da guerra. Esse conflito armado aprofundou a instabilidade no país, tornando-o mais vulnerável a uma série de desafios socioeconômicos. Além da retirada em massa da mão de obra vinculada às estruturas produtivas e administrativas herdadas do período colonial, da sabotagem dos meios de produção e das calamidades naturais, a guerra civil gerou prejuízos devastadores, estimados em mais de 20 bilhões de dólares norte-americanos (Hanlon, 1997).

² A RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) é um partido político e ex-movimento guerrilheiro em Moçambique. Surgiu como um grupo rebelde durante a guerra civil (1977-1992), em oposição ao governo da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique). Após o Acordo de Paz de 1992, tornou-se um partido político e participa regularmente das eleições no país.

A destruição de infraestrutura essenciais, como escolas, cantinas rurais e postos de saúde, e o fechamento forçado dessas instituições, causaram perdas consideráveis para o país. As conquistas econômicas e sociais da década de 1970, que haviam sido obtidas na pós-independência, foram revertidas. O UNICEF (1989), calculou que o PIB do país era metade do que teria sido caso a guerra não tivesse ocorrido, refletindo o impacto devastador da guerra na economia e no bem-estar da população. Os impactos humanos da guerra civil em Moçambique foram devastadores. Durante a década de 1980, a população moçambicana era estimada entre 13 e 15 milhões de pessoas. No entanto, o conflito resultou na morte de aproximadamente 1 milhão de indivíduos, enquanto 1,7 milhão se tornou refugiado em países vizinhos e pelo menos 3 milhões foram deslocados internamente, buscando refúgio em áreas próximas às cidades e vilas, onde frequentemente enfrentavam condições de extrema pobreza (RÁDIO MOÇAMBIQUE, 1997). Muitos dos que permaneceram nas zonas rurais perderam o acesso a estruturas comunitárias e a serviços essenciais, como as aldeias organizadas, as cantinas e os postos de saúde, durante anos.

O Instituto Nacional de Estatística (INE), por meio da sua Unidade de População e Planejamento, estimou que, em 1982, de uma população total de aproximadamente 14,7 milhões de habitantes, cerca de 5 milhões haviam sido deslocados de suas regiões de origem. Destes, aproximadamente 1,5 milhão (10%) buscaram refúgio em países vizinhos, enquanto cerca de 3,5 milhões (24%) se deslocaram para o interior do país, sendo a maioria composta por camponeses que migraram para os centros urbanos (INE, 1999). Esses deslocamentos não apenas exacerbaram as condições de pobreza, mas também pressionaram as infraestruturas urbanas, agravando ainda mais a crise social e econômica do país. Mesmo diante desse cenário devastador, o país não estava preparado para encerrar a guerra. No entanto, a ajuda externa continuou a chegar, tornando Moçambique um dos países mais dependentes da assistência internacional. Como destaca Hanlon (1997), "Moçambique tornou-se, deste modo, o país mais pobre e mais dependente da ajuda externa do mundo e provavelmente ainda o é".

A pressão dos doadores internacionais teve um papel determinante na redefinição das políticas do governo. Em 1983, diante da crise gerada pela seca, Moçambique solicitou auxílio alimentar, mas, em vez de receber mais assistência, viu os doadores reduzirem o suporte financeiro. Para obter a ajuda necessária e evitar uma catástrofe humanitária, o país teve que aceitar três concessões fundamentais, no contexto das condicionalidades impostas pela ajuda internacional: (1) assinar o Acordo de Nkomati (1984) com a África do Sul,

visando reduzir a interferência política e militar entre os dois países; (2) aderir ao Banco Mundial (BM) e ao Fundo Monetário Internacional (FMI), inserindo-se nas diretrizes da economia global; e (3) permitir que Organizações Não-Governamentais (ONGs) internacionais assumissem a distribuição da ajuda humanitária e a implementação de programas de desenvolvimento, com relativa autonomia em relação ao governo (Hanlon, 1997).

Sob o ponto de vista de Coelho (2004), a conjugação dos efeitos da guerra e da seca, juntamente com o processo de socialização do campo, desestruturou completamente o mundo rural moçambicano, resultando em uma crise estrutural prolongada, cujos efeitos negativos persistiram por mais de uma década. O impacto na economia foi devastador, agravado pela deterioração dos termos de troca no mercado internacional. Nesse período, Moçambique exportava essencialmente produtos primários de baixo valor agregado, como castanha de caju, camarão, algodão e madeira, enquanto dependia fortemente da importação de combustíveis, bens manufaturados e alimentos processados. A queda nos preços internacionais das exportações, aliada ao aumento dos custos de importação, reduziu drasticamente as receitas externas do país, comprometendo a capacidade do governo de financiar políticas públicas e importações essenciais. Perante a esse cenário, o Estado passou a intensificar o envolvimento das organizações não governamentais (ONGs) em operações emergenciais e programas de recuperação socioeconômica.

Diante do crescimento do fluxo migratório do campo para a cidade, o Governo de Moçambique (GDM) implementou o método da “Guia de Marcha”, um sistema de controle dos deslocamentos da população, exigindo a indicação do destino, motivo e tempo de permanência fora do local de residência. No entanto, essa medida não foi suficiente para conter o êxodo rural, levando o governo a lançar, em 1983, a “Operação Produção”. Com o objetivo de reverter os fluxos migratórios, essa operação resultou na evacuação forçada para o campo de indivíduos considerados “improdutivos urbanos”, sob a justificativa de que esses grupos representavam um foco de instabilidade social (Brito, 1991).

A intensificação da guerra em todo o território nacional, somada às calamidades naturais recorrentes, agravou ainda mais a situação econômica e social do país. A destruição das infraestruturas econômicas e sociais, além da presença de minas terrestres em diversas áreas, tornou grandes extensões de terra improdutivas. Como consequência, o setor agrícola familiar, apesar de continuar sendo a principal fonte de produção, foi marginalizado no

processo de desenvolvimento econômico. Paralelamente, milhares de desmobilizados de guerra encontravam-se sem acesso ao mercado de trabalho. Como destaca Oppenheimer (1993), a falta de qualificação da maioria desses indivíduos impossibilitava sua inserção no setor formal da economia, dificultando ainda mais a reconstrução do país. A crise humanitária se aprofundou em 1986, quando Moçambique enfrentou outra grande restrição na ajuda alimentar. Os doadores internacionais condicionaram a liberação de novos auxílios à aceitação, por parte do governo, do “pacote de reajustamento estrutural” proposto pelas instituições de Bretton Woods (1987). Esse pacote incluía reformas econômicas severas, que impunham políticas de austeridade e privatizações, resultando em impactos sociais profundos para a população moçambicana.

Após a aceitação do “pacote de reajustamento estrutural”, Moçambique experimentou um aumento expressivo na ajuda externa, tornando-se o maior beneficiário da África Subsariana. O auxílio financeiro cresceu de 360 milhões de dólares em 1985 para 700 milhões em 1987, atingindo 1 bilhão em 1990 e mantendo-se na casa de 1,1 bilhão de dólares anuais nos cinco anos seguintes (Hanlon, 1997). No entanto, esse crescimento na assistência internacional trouxe consigo uma nova dinâmica de dependência. Como observa Hanlon (1991), as agências doadoras assumiram um papel cada vez mais influente, a ponto de minar a capacidade do governo, que anteriormente era plenamente competente para gerir diversas áreas do desenvolvimento nacional. Essa visão é corroborada por Pitcher (2002) e Clapham (1996), que apontam como os programas de ajuste estrutural reconfiguraram a relação entre Estados africanos e instituições internacionais, limitando o espaço de formulação autônoma de políticas públicas. Dentre as reformas impostas, a privatização de empresas públicas foi uma das mais significativas. No entanto, em vez de revitalizar a economia moçambicana, esse processo teve efeitos adversos. Castel-Branco (1994) destaca que o processo de privatização, inserido no contexto das reformas econômicas orientadas externamente, esteve associado ao fechamento, à paralisação ou à transformação em armazéns de mais de 100 empresas, contribuindo para a redução significativa da participação do setor industrial no desenvolvimento do país. Castel-Branco (1994) destaca que o processo de privatização, inserido no contexto das reformas econômicas orientadas externamente, esteve associado ao fechamento, à paralisação ou à transformação em armazéns de mais de 100 empresas, contribuindo para a redução significativa da participação do setor industrial no desenvolvimento do país. Assim, embora o programa tenha sido justificado como um

caminho para a modernização econômica, seus impactos contribuíram para a desindustrialização e para o aumento da vulnerabilidade econômica de Moçambique.

Em 1983, durante o IV Congresso da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), a política de desenvolvimento então vigente foi amplamente criticada pelos participantes, uma vez que os investimentos direcionados às machambas estatais não resultaram em melhorias significativas para a população rural. Diante desse cenário de declínio socioeconômico, o governo formulou o Plano de Ação Econômica (PAE), com o objetivo de reformular a política agrícola e reestruturar o setor estatal. Entre as medidas propostas, destacava-se a fragmentação das machambas estatais em parcelas menores, com a subsequente privatização de algumas delas, além do fortalecimento do setor agrícola privado e da agricultura familiar, em linha com experiências observadas em outros países em desenvolvimento, como o Brasil, no contexto de reformas agrárias e de reorientação das políticas agrícolas a partir da década de 1980. Ademais, previu-se uma redução na fixação de preços, bem como a adequação dos gastos estatais à capacidade produtiva do país. No âmbito industrial, estabeleceu-se como prioridade a produção de bens de consumo voltados ao abastecimento do mercado interno (Abrahamson; Nilsson, 1994).

No mesmo período, havia a expectativa de que o Acordo de Nkomati impulsionaria mudanças positivas no cenário nacional. No entanto, a desestabilização persistiu sem apresentar sinais de redução em sua intensidade. Além disso, a seca prolongada e os equívocos estratégicos da Frelimo agravaram ainda mais a crise socioeconômica em Moçambique (Hanlon, 1997). Diante desse cenário, o Plano de Ação Econômica (PAE) não foi implementado conforme originalmente concebido, e, conseqüentemente, seus resultados não foram tão bons quanto se esperava, a produção local foi capaz de atender apenas 10% da demanda por bens alimentares, enquanto a indústria operava entre 20% e 44% de sua capacidade instalada. Ademais, os preços no mercado paralelo atingiram patamares entre 20 e 40 vezes superiores aos valores oficiais, e o Produto Interno Bruto (PIB) registou uma contração de aproximadamente 30% entre 1981 e 1986.

Diante desse quadro de profunda recessão, o governo moçambicano introduziu, já nos primórdios do período de 1987–1990, caracterizado como uma fase de recuperação em meio à guerra civil, o Programa de Reabilitação Econômica (PRE). Esse programa tinha como base as diretrizes emanadas do IV Congresso do Partido Frelimo, realizado em 1983, que enfatizava a necessidade de reabilitar e rentabilizar a capacidade instalada dos setores

industrial e de transportes, tanto públicos quanto privados, como prioridade estratégica do processo de reforma econômica (Roesch, 1992). O PRE marcou o início de uma nova orientação macroeconômica em Moçambique, traduzindo uma transição de um modelo de economia centralmente planejada para uma economia de mercado, sob forte influência e assistência das instituições financeiras internacionais, nomeadamente o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. O programa incorporou um conjunto abrangente de políticas de ajustamento estrutural que buscavam restaurar o equilíbrio macroeconômico e criar condições para o crescimento sustentado.

Entre as principais políticas implementadas destacaram-se:

- i. As reformas monetárias e cambiais, que incluíram a desvalorização do metical e a unificação das taxas de câmbio, medidas voltadas a restaurar o equilíbrio externo e aumentar a competitividade das exportações moçambicanas. Essas ações buscaram reduzir o mercado paralelo de divisas e aproximar o câmbio oficial do valor real de mercado, tornando o ambiente econômico mais previsível e atrativo para o investimento estrangeiro (Banco de Moçambique, 1997);
- ii. As reformas de liberalização de preços e do comércio externo representaram outro marco importante. O governo eliminou o controle estatal sobre preços de bens e serviços essenciais, substituindo-o por mecanismos de mercado. Essa mudança teve como objetivo estimular a oferta interna, reduzir distorções e incentivar o investimento privado, ao mesmo tempo em que ampliou a participação de Moçambique nas trocas comerciais internacionais (Mosca, 2010);
- iii. As reformas fiscais e orçamentárias concentraram-se na redução de subsídios públicos, na contenção da inflação e no aumento da eficiência da arrecadação tributária, por meio da modernização dos sistemas de gestão financeira e da criação de um quadro orçamental mais transparente. Essas medidas foram fundamentais para restaurar a credibilidade fiscal e facilitar o acesso a linhas de crédito internacionais (FMI, 1999);
- iv. No âmbito produtivo, ocorreu a reestruturação do setor empresarial do Estado, caracterizada por um amplo programa de privatizações, reestruturações administrativas e estímulos à iniciativa privada. O objetivo era reduzir o peso do Estado na economia, aumentar a eficiência das empresas e promover a formação de um setor privado nacional capaz de gerar emprego e renda (Castel-Branco, 2002);

- v. As reformas agrícolas tiveram papel central na recuperação da economia rural. Elas incluíram a restituição de terras a pequenos produtores, a criação de incentivos à produção camponesa e a liberalização da comercialização agrícola, permitindo maior autonomia dos agricultores e a entrada de novos agentes privados no mercado. Essas medidas visavam aumentar a produtividade agrícola, fortalecer a segurança alimentar e reduzir a dependência de importações de alimentos básicos (Hanlon & Smart, 2008);
- vi. Outro eixo relevante foi a reabertura ao investimento estrangeiro direto, amparada por uma nova legislação que garantia segurança jurídica, repatriamento de lucros e igualdade de tratamento entre investidores nacionais e estrangeiros. Essa estratégia visava atrair capital externo para os setores estratégicos da economia, especialmente energia, mineração e infraestrutura (UNCTAD, 2002);
- vii. Por fim, as políticas de estabilização macroeconômica priorizaram a redução do déficit público, o controle da inflação e a reconstrução das reservas cambiais, promovendo maior previsibilidade e estabilidade econômica. Essas medidas criaram as condições para o retorno do crescimento sustentado ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000 (Banco Mundial, 2005).

Essas políticas representaram uma mudança estrutural profunda na economia moçambicana, ao substituir o modelo intervencionista por uma abordagem orientada ao mercado. No entanto, a transição não ocorreu sem custos sociais. A redução de subsídios públicos, a privatização de empresas estatais e a liberalização de preços provocaram aumento do desemprego urbano, perda do poder de compra e maior vulnerabilidade das famílias de baixa renda, especialmente no período inicial das reformas. Diversos estudos indicam que, embora as medidas tenham contribuído para a recuperação da capacidade produtiva, redução da inflação e estabilização macroeconômica no médio prazo, seus efeitos distributivos foram desiguais: o crescimento beneficiou principalmente grupos ligados ao setor exportador e regiões urbanas, enquanto parte significativa da população rural continuou em situação de pobreza e exclusão econômica (Hanlon, 1997; Abrahamsson; Nilsson, 1994; Banco Mundial, 2005). Isso demonstrou que o crescimento do período foi importante, porém pouco inclusivo, reforçando desigualdades regionais e sociais.

Com o cessar-fogo e a assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992, Moçambique passou a consolidar as reformas econômicas e a intensificar sua integração aos mercados

internacionais. Entre 1993 e 2003, o país apresentou taxas médias de crescimento do PIB superiores a 7% ao ano (Banco Mundial, 2005), impulsionadas pela expansão da agricultura comercial, pela recuperação do setor de serviços e pela entrada de investimento estrangeiro em megaprojetos estratégicos, como a Mozal (alumínio), a Sasol (gás natural) e a Kenmare (areias pesadas). Apesar dessa trajetória de crescimento acelerado, diversos autores destacam que sua estrutura foi pouco inclusiva. Segundo Castel-Branco (2002; 2014), os megaprojetos possuíam fraca integração com a economia doméstica, baixo conteúdo local e reduzida capacidade de gerar encadeamentos produtivos. A maior parte dos insumos era importada, o emprego direto produzido era limitado e as receitas fiscais eram relativamente pequenas devido aos pacotes de isenções concedidos para atrair o investimento. Cunguara e Hanlon (2010) acrescentam que o aumento do PIB não se refletiu proporcionalmente nos rendimentos das famílias, especialmente em áreas rurais, onde se concentram os níveis mais elevados de pobreza multidimensional.

Da mesma forma, Tarp et al. (2002) enfatizam que o crescimento foi puxado por setores de alta intensidade de capital, com baixa absorção de mão de obra e pouca capacidade de elevar a produtividade agrícola principal fonte de renda da população pobre. Assim, embora o país tenha consolidado estabilidade macroeconômica, acumulado reservas e recuperado a capacidade produtiva, os benefícios do crescimento permaneceram concentrados e não se distribuíram de maneira equitativa. O resultado foi a persistência de elevados índices de pobreza e desigualdade social, evidenciando que o período pós-guerra representou um ciclo de crescimento econômico robusto, porém pouco pró-pobre.

O objetivo central do Programa de Reabilitação Econômica (PRE) era conter o declínio econômico e impulsionar a produção nacional, visando restaurar o Produto Interno Bruto (PIB) aos níveis de 1981. No âmbito setorial, a agricultura, em particular a camponesa, assumiu papel prioritário no programa de reabilitação. De acordo com Roesch (1992), a implementação do PRE resultou no crescimento acelerado da classe comerciante, ampliando seu poder econômico e influência política. Além disso, promoveu uma substituição gradual do Estado pelo setor privado na comercialização agrícola, sobretudo na compra e venda da produção camponesa, fortalecendo a participação privada na economia nacional. Embora o programa tenha gerado um aumento significativo na disponibilidade de alimentos e bens de consumo, seus impactos sociais não foram exclusivamente positivos. A liberalização

econômica também acarretou elevações expressivas nos preços desses produtos, trazendo desafios adicionais para a população.

Dados do Banco Mundial (2020) indicam que, embora Moçambique tenha apresentado crescimento médio do PIB acima de 7% ao ano entre 1993 e 2015, os níveis de pobreza se mantiveram elevados, com variações significativas entre províncias e uma persistente desigualdade na distribuição de renda (índice de Gini acima de 0,45 em várias regiões). Em 2008, por exemplo, o índice de pobreza nacional era de 54,7%, com picos superiores a 70% em províncias como Zambézia e Nampula (INE, 2010). Esses dados sugerem que o crescimento econômico, por si só, não foi suficiente para promover a inclusão social ampla, o que reforça a hipótese de que o padrão de crescimento moçambicano não necessariamente beneficiou os mais pobres, questão central da presente dissertação.

Entre 1987 e 1989, a economia moçambicana apresentou crescimento, ainda que abaixo das expectativas. O aumento médio do Produto Interno Bruto (PIB) foi de aproximadamente 4% ao ano, abrangendo a comercialização de produtos agrícolas e industriais, além dos setores de transportes e construção civil. No entanto, o setor agrícola registrou expansão modesta de apenas 2,6%, enquanto outros setores apresentaram tendência predominante de declínio. As projeções econômicas de 1990 indicavam a continuidade da retração econômica, evidenciando a persistência de desafios estruturais (Marchall, 1990). Um dos principais fatores que contribuíram para essa recessão foi a guerra de desestabilização, responsável pela destruição significativa da infraestrutura ferro-portuária do país. Esse sistema, considerado uma das principais fontes de receita da economia moçambicana, teve sua capacidade operacional severamente comprometida, intensificando os impactos negativos sobre a economia nacional (Juaniha, 2015).

Diante do exposto, o Programa de Reabilitação Econômica (PRE) não atingiu plenamente seus objetivos dentro do escopo para o qual foi concebido. Somente a partir de 1989, em seu segundo ano de implementação, a questão da pobreza passou a ser tratada como uma preocupação específica, impulsionada pela iniciativa dos doadores internacionais. Esse movimento culminou, posteriormente, na transformação do PRE em Programa de Reabilitação Econômica e Social (PRES) (Oppenheimer; Raposo, 2002). O Programa de Reabilitação Econômica e Social (PRES), implementado sob as diretrizes do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), enfatizou a liberalização do comércio e o fortalecimento do setor privado (Abrahamson; Nilsson, 1994). O Governo de Moçambique

(GDM) passou a priorizar o combate à pobreza e o desenvolvimento das zonas rurais, estabelecendo metas como conter a redução da produção e equilibrar as contas macroeconômicas (Hanlon, 1997). Contudo, o PRES enfrentou críticas em virtude dos impactos negativos da privatização, que resultou na perda de cerca de 38 mil empregos (Hanlon, 1997). Apesar da maior disponibilidade de alimentos e bens de consumo, a pobreza rural persistiu, destacando a necessidade de um desenvolvimento econômico mais equilibrado e de reformas agrárias mais abrangentes (GDM, 1998).

Assim, a combinação entre o PRE e o PRES marcou a transição de Moçambique para uma economia de mercado, criando as condições institucionais e macroeconômicas para o crescimento acelerado observado a partir da década de 1990. Entretanto, a permanência de elevados índices de pobreza e desigualdade revela que o modelo de crescimento adotado não foi plenamente inclusivo, apontando para a necessidade de políticas públicas que articulem eficiência econômica e equidade social, questão que fundamenta a análise desenvolvida nesta dissertação.

Nesse contexto, as reformas estruturais implementadas ao longo da década de 1990 sobretudo após o Acordo Geral de Paz, assinado em 1992 e o novo ambiente econômico criaram as bases para o surgimento de uma agenda social mais explícita, orientada para a redução da pobreza e a promoção da inclusão. Conforme salientam Ames et al. (2002) e o Banco Mundial (2005), o crescimento econômico consistente observado entre 1993 e 2003 abriu espaço para políticas voltadas ao desenvolvimento humano e à consolidação dos ganhos de crescimento. Foi nesse cenário que, a partir do final dos anos 1990, o governo moçambicano passou a formular estratégias de longo prazo para melhorar as condições de vida da população, culminando na aprovação do Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), em 2001, concebido como o principal instrumento de articulação entre crescimento e inclusão social (GDM, 2001; IMF, 2003). Essas iniciativas representaram um esforço para consolidar o crescimento econômico alcançado na década anterior e torná-lo mais equitativo e sustentável.

Esse sentido, a evolução das estratégias de combate à pobreza em Moçambique reflete a adaptação das políticas públicas às transformações socioeconômicas do país. Desde a independência, em 1975, o governo reconheceu a necessidade de promover o desenvolvimento humano, priorizando investimentos em educação, saúde e infraestrutura básica (PARPA I, 2001). No entanto, esse esforço foi interrompido pelo contexto de guerra

civil e pela crise econômica que se aprofundou ao longo da década de 1980. Diante desse quadro, o Estado passou a adotar, a partir de 1987, programas de estabilização e ajustamento estrutural, com o objetivo de restabelecer a produção, atrair investimento e melhorar os rendimentos individuais. Foi apenas após a estabilização macroeconômica e o fim da guerra, em 1992, que se consolidaram as condições para formulação de uma política social mais estruturada. Nesse processo, o Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) tornou-se o principal instrumento nacional de coordenação das políticas de combate à pobreza, passando por uma evolução conceitual ao longo de suas edições.

O PARPA I (2001–2005) definia pobreza como a “incapacidade dos indivíduos de assegurar para si e seus dependentes um conjunto de condições mínimas para a sua subsistência e bem-estar, segundo as normas da sociedade” (GDM, 2001). Com o avanço dos estudos empíricos e a constatação de que a pobreza não derivava apenas de limitações individuais, mas também de barreiras estruturais, o PARPA II (2006–2009) adotou uma definição mais ampla, entendendo a pobreza como a “impossibilidade, por incapacidade ou falta de oportunidade, de indivíduos, famílias e comunidades terem acesso às condições mínimas, segundo as normas básicas da sociedade” (GDM, 2006). Essa mudança incorporou dimensões como educação, saúde, nutrição, posse de bens e acesso a recursos produtivos, refletindo uma visão multidimensional e mais alinhada aos indicadores de desenvolvimento humano.

Inspirado nos Documentos Estratégicos para a Redução da Pobreza (Poverty Reduction Strategy Papers - PRSPs), adotados pelo FMI e Banco Mundial em 1999, o PARPA tornou-se um instrumento central da política econômica moçambicana (Ames et al., 2002; IMF, 2003). Em 2011, o governo substituiu o PARPA pelo Plano de Ação para Redução da Pobreza (PARP), incorporando seus objetivos ao Plano Quinquenal do Governo (PQG), com foco no crescimento econômico inclusivo e na redução da vulnerabilidade social (CM, 2011). Apesar dos avanços, Moçambique continua a enfrentar desafios estruturais que limitam sua capacidade de erradicação da pobreza. O crescimento econômico, que atingiu uma média anual de 8% na última década, ocorreu em um contexto de estabilização política e democrática, mas não foi suficiente para superar problemas sociais e econômicos persistentes (PARPA I, 2001). A luta contra a pobreza, portanto, permanece um desafio central, exigindo políticas mais eficazes e sustentáveis para promover inclusão social e desenvolvimento de longo prazo.

As linhas de pobreza existentes representam um instrumento relevante para os formadores de políticas econômicas. Contudo, os critérios utilizados para definir essas linhas estão longe de alcançar um consenso. A escolha dos métodos e critérios para medir a pobreza pode impactar diretamente os indicadores macroeconômicos, como a estimativa da proporção da população em situação de pobreza, influenciar a eficácia das políticas fiscais e moldar a percepção do governo na opinião pública, além de orientar decisões estratégicas no âmbito da política econômica. De acordo com a realidade socioeconômica de cada território, diferentes metodologias são adotadas para a medição da pobreza. Essas metodologias refletem as especificidades locais e regionais, considerando fatores como custo de vida, estrutura econômica, padrões culturais e disponibilidade de dados (Maquenzi, 2021).

A União Europeia considera que uma pessoa vive em situação de pobreza quando seu rendimento é inferior a 60% da mediana do rendimento dos agregados familiares do país em que reside. Por sua vez, o Banco Mundial define três linhas internacionais de pobreza, ajustadas conforme o nível de desenvolvimento dos países. A primeira é a linha de 1,90 USD/dia (por paridade do poder de compra), utilizada para países de baixa renda; a segunda, de 3,20 USD/dia, aplicada a países de renda média-baixa; e a terceira, de 5,50 USD/dia, destinada aos países de renda média-alta. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) utiliza o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como ferramenta para compreender as múltiplas dimensões da pobreza e permitir comparações internacionais. O IDH avalia três dimensões fundamentais: (i) longevidade, mensurada pela expectativa de vida ao nascer; (ii) acesso ao conhecimento, avaliado pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa de matrícula escolar nos níveis primário, secundário e superior; e (iii) padrão de vida digno, calculado com base no PIB real per capita ajustado pela paridade do poder de compra (PNUD, 1997).

Portanto, a análise da pobreza em Moçambique exige uma compreensão abrangente de sua distribuição e dos fatores que contribuem para sua persistência. Para isso, é essencial identificar quem são os indivíduos em situação de pobreza, onde estão localizados e quais condições os levam a essa realidade. Essa abordagem permite um diagnóstico mais preciso e fundamenta a formulação de estratégias eficazes para sua mitigação. A caracterização da pobreza envolve múltiplos fatores, incluindo a distinção entre áreas urbanas e rurais, o nível de escolaridade do chefe do agregado familiar, a inserção no mercado de trabalho, os padrões de consumo e as condições habitacionais. Assim, torna-se possível avaliar a incidência da

pobreza e compreender se suas causas estão associadas à insuficiência de renda ou a aspectos estruturais, como acesso precário a serviços essenciais, infraestrutura e educação (Ravallion, 1996; Handa Et Al., 2005; Maquenzi, 2021).

A pobreza em Moçambique apresenta diferentes dimensões e variações regionais, influenciadas por fatores históricos e socioeconômicos. Estudos específicos e documentos estratégicos, como o Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), têm sido utilizados para embasar políticas públicas voltadas à redução da pobreza e ao desenvolvimento socioeconômico sustentável. O perfil da pobreza constitui uma metodologia amplamente utilizada para caracterizar sua magnitude, distribuição entre grupos socioeconômicos e heterogeneidade da população vulnerável. Essa abordagem permite identificar correlações empíricas que subsidiam políticas públicas mais eficazes (Ministério Da Economia E Finanças, 2016).

A pobreza continua sendo um desafio persistente, mesmo diante do crescimento econômico recente. O impacto desse crescimento sobre a pobreza não é automático nem uniforme, exigindo uma análise que vá além dos indicadores macroeconômicos e considere fatores estruturais que perpetuam a exclusão social. A restrição no acesso a serviços essenciais e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal são elementos fundamentais para compreender a eficácia das estratégias de desenvolvimento adotadas no país. No contexto da agenda internacional para o desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza é um compromisso global firmado na Agenda 2030 e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que substituíram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) (Campos, 2015). Como signatário dessa agenda, Moçambique reforça seu compromisso com um desenvolvimento econômico alinhado à inclusão social e sustentabilidade ambiental (Mazive, 2016).

Nesse contexto, as últimas duas décadas, Moçambique destacou-se como um dos países de crescimento mais acelerado na região da África Austral. Entre 2003 e 2015, o país apresentou uma taxa média de crescimento econômico em torno de 7,3% ao ano, consolidando-se como uma das economias mais dinâmicas do continente nesse período. Ou seja, o crescimento econômico de Moçambique tem se refletido em uma elevação gradual do PIB per capita nos últimos anos, ainda que a relação entre esses indicadores revelam desafios importantes. Em 2023, o PIB per capita atingiu aproximadamente 608 dólares, representando um aumento de 8,98% em relação a 2022, quando era de 558 dólares. Essa elevação foi

impulsionada por uma taxa de crescimento econômico positiva, embora este progresso não tenha sido suficientemente robusto para impactar de forma significativa o padrão de vida da maioria da população (Macrotrends, 2023; Statista, 2023).

O crescimento econômico de Moçambique no período de 2015 a 2023 foi influenciado por diversos fatores estruturais, incluindo o consumo privado, o investimento, os gastos públicos e a dinâmica do setor externo. Até 2019, o consumo privado demonstrou crescimento sustentado, impulsionado pelo aumento da renda e pela expansão da classe média. Entretanto, a crise econômica desencadeada pela pandemia de COVID-19 resultou em uma desaceleração significativa, refletindo a insegurança financeira e a redução do nível de emprego. Em 2023, o consumo atingiu 13,63% do PIB, correspondente a 811 milhões de meticais, sendo o maior percentual do período analisado, enquanto nos anos anteriores variou entre 9,45% e 12,49% (Romeú et Al., 2024). O investimento seguiu um padrão semelhante de expansão até 2016, quando alcançou um pico de 46,28 bilhões de dólares, equivalentes a 13,01% do PIB. Contudo, a instabilidade política e a incerteza econômica afetaram a confiança dos investidores, provocando queda significativa nos anos seguintes. Em 2023, o investimento reduziu-se para 5,59% do PIB, totalizando 19,88 bilhões de dólares, representando uma retração expressiva em relação ao período de maior crescimento (Romeú et al., 2024).

Os gastos do governo moçambicano variaram significativamente entre 2015 e 2023, com destaque para os anos de 2019 e 2023, quando atingiram aproximadamente 37,20% e 37,17% do Produto Interno Bruto (PIB), respectivamente, o que correspondeu a cerca de 2,019 bilhões de meticais³ em cada um desses anos. Nos anos anteriores, esses percentuais foram consideravelmente mais baixos, refletindo os desafios fiscais e as dificuldades na gestão orçamentária. No setor externo, as exportações, especialmente de produtos minerais como carvão e gás natural apresentaram uma tendência de crescimento até 2019, sendo posteriormente impactadas negativamente pela pandemia e pelas flutuações nos preços internacionais. Em 2021, as exportações representaram 21,02% do total, o equivalente a 445,70 milhões de dólares, enquanto em 2022 esse valor aumentou para 23,40%, totalizando 496,20 milhões de dólares. Já as importações demonstraram oscilações ao longo do período, com um pico em 2021 (21,49%, correspondente a 415,90 milhões de dólares) e uma redução

³ Metical (plural: meticais) é a moeda oficial de Moçambique, representada pelo símbolo MT e pelo código internacional MZN. Foi introduzida em 1980, substituindo o escudo moçambicano após a independência.

para 18,62% em 2023 (360,30 milhões de dólares), refletindo a vulnerabilidade da economia moçambicana à dependência de bens importados (Romeú et al., 2024).

A balança de pagamentos do país enfrentou déficits recorrentes, com os anos de 2017, 2019, 2022 e 2023 apresentando saldos negativos variando entre -8,95% e -31,13%. Em contraste, os anos de 2016, 2020 e 2012 registraram superávits expressivos, atingindo, respectivamente, 59,42%, 37,73% e 39,83% do saldo total. Essa volatilidade evidencia a necessidade de diversificação produtiva e de ampliação das fontes de receita em moeda estrangeira para garantir maior estabilidade macroeconômica. Os dados analisados ressaltam os desafios e oportunidades para a trajetória de crescimento econômico de Moçambique e seus impactos sobre a renda per capita. A alta dependência de importações e a oscilação dos investimentos demonstram a vulnerabilidade do país a choques externos, reforçando a necessidade de políticas que promovam um crescimento sustentável e inclusivo. A relação entre o crescimento econômico e a redução da pobreza depende, essencialmente, da implementação de estratégias voltadas à equidade social e à resiliência econômica no longo prazo (Romeú et al., 2024).

Dessa forma, esta dissertação busca preencher uma lacuna na literatura ao testar empiricamente se o crescimento econômico em Moçambique tem se caracterizado como pró-pobre. Além de contribuir para o debate acadêmico, os resultados obtidos poderão subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas à promoção de um crescimento econômico mais equitativo e sustentável, assegurando que a população mais vulnerável se beneficie efetivamente do desenvolvimento nacional. Nesse sentido, o objetivo desta dissertação é analisar de que maneira o crescimento econômico tem influenciado a pobreza em Moçambique, considerando o comportamento do PIB per capita e do índice de Gini, a fim de verificar se o crescimento observado nos anos de 1996/97, 2002/03, 2008/09, 2014/15 e 2022/23 pode ser classificado como pró-pobre. Esses períodos correspondem às principais pesquisas de orçamento familiar e pesquisas de indicadores de pobreza realizadas pelo INE (Instituto Nacional de Estatística de Moçambique), com base nos Inquéritos aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar (IAF) e mais recentemente no Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF).

3. REVISÃO DA LITERATURA

A presente seção tem como objetivo apresentar uma revisão teórica e empírica sobre o crescimento pró-pobre, buscando aprofundar a compreensão de sua relevância para países em desenvolvimento, como Moçambique. Para isso, deu-se início com a discussão conceitual do crescimento pró-pobre, abordando suas definições e critérios de avaliação. Em seguida, analisa-se o conceito de pobreza, considerando suas múltiplas dimensões e formas de mensuração, o que permite uma compreensão mais ampla dos desafios sociais enfrentados por populações vulneráveis. A seção prossegue com uma reflexão sobre as principais contribuições da literatura teórica que discutem as inter-relações entre crescimento econômico, pobreza e desigualdade de renda, destacando diferentes visões sobre a capacidade do crescimento em reduzir a pobreza. Por fim, são apresentadas evidências empíricas sobre o crescimento pró-pobre em Moçambique, com o objetivo de identificar em que medida o crescimento econômico ocorrido no país tem beneficiado os segmentos mais pobres da população.

3.1. O conceito de crescimento pró-pobre

O conceito de crescimento pró-pobre insere-se no debate mais amplo sobre desenvolvimento econômico e pobreza, cujas discussões ganharam visibilidade a partir dos anos 1950. Um marco importante nesse debate foi o relatório *Redistribution with Growth* (CHENERY et al., 1974) do Banco Mundial, que enfatizou a necessidade de associar crescimento econômico a estratégias redistributivas. Embora o termo "crescimento pró-pobre" ainda não fosse empregado na época, a ideia de um crescimento inclusivo já estava presente no *Relatório de Desenvolvimento Mundial* de 1990, que mencionava o conceito de *broad-based growth* (Banco Mundial, 1990).

Somente no final da década de 1990, o termo crescimento pró-pobre foi formalizado, com destaque para a publicação do Banco Asiático de Desenvolvimento (Asian Development Bank – ADB, 1999), que tratou da luta contra a pobreza na Ásia e no Pacífico. Essa publicação definiu o crescimento pró-pobre como aquele que, além de gerar empregos e absorver mão de obra, é acompanhado por políticas voltadas à redução das desigualdades e à ampliação de oportunidades para os grupos mais vulneráveis. Posteriormente, Kakwani, Khandker e Son (2004) consolidaram esse conceito, reforçando sua relevância no campo da economia do desenvolvimento. A evolução teórica do crescimento pró-pobre tem sido

marcada por diferentes interpretações, sobretudo quanto à relação entre crescimento económico e pobreza. Um dos marcos iniciais desse debate é a hipótese de Kuznets (1955), conhecida como a curva em "U-invertido", segundo a qual a desigualdade tende a aumentar nas fases iniciais do crescimento económico e a diminuir no longo prazo. Essa hipótese influenciou fortemente os estudos posteriores sobre desenvolvimento, sendo posteriormente investigada e desenvolvida por autores como Adelman e Morris (1973), Ahluwalia (1976) e Carter e Chenery (1979).

Partir da década de 1980, os estudos passaram a explorar mais profundamente os impactos do crescimento económico na pobreza. No final do século XX, a ênfase recaiu sobre a participação efetiva dos mais pobres nos benefícios do crescimento. Essa mudança de perspectiva levou ao desenvolvimento de abordagens como a elasticidade-pobreza do crescimento, que mede o impacto do crescimento sobre a renda da população mais vulnerável. Estudos como os de Roemer e Gugerty (1997), Gallup, Radelet e Warner (1998) e Dollar e Kraay (2000) apontaram uma elasticidade próxima a 1, sugerindo que o crescimento beneficia proporcionalmente os mais pobres. No entanto, Timmer (1997) encontrou uma elasticidade menor, próxima de 0,8, enquanto Ravallion (2000) e Bruno, Ravallion e Squire (1998) identificaram elasticidades superiores a 2, indicando que um crescimento económico de 5% poderia reduzir a pobreza em mais de 10%.

Diante dessas constatações, ganha relevância a compreensão do crescimento pró-pobre como um campo de estudo próprio, distinguindo-se das análises tradicionais sobre crescimento e desigualdade. A falta de consenso sobre os efeitos do crescimento na distribuição de renda reforça a necessidade de considerar múltiplos fatores e abordagens teóricas. Desde a hipótese de Kuznets, ficou evidente que o impacto do crescimento económico varia conforme o estágio de desenvolvimento de cada país e o referencial analítico adotado. O debate sobre crescimento pró-pobre também se diferencia da teoria do *trickle down*, embora ambas abordem a relação entre crescimento económico e pobreza. O crescimento pró-pobre enfatiza a necessidade de políticas redistributivas e inclusivas, como a geração de empregos, o acesso a serviços básicos e a ampliação de oportunidades económicas. Seu objetivo é reduzir desigualdades ao mesmo tempo que impulsiona o crescimento, garantindo que a renda dos mais pobres cresça em ritmo igual ou superior à média da população. Por outro lado, a teoria do *trickle down* sugere que os benefícios do crescimento económico se disseminam gradualmente por toda a sociedade. Defendida por

autores como Aghion e Bolton (1997) e Dollar e Kraay (2001), essa abordagem sustenta que estimular o crescimento, muitas vezes por meio de incentivos fiscais para grandes empresas e indivíduos de alta renda resultaria, indiretamente, na melhoria da condição econômica dos mais pobres. No entanto, esse processo tende a beneficiar inicialmente as camadas mais ricas, antes que seus efeitos cheguem às classes mais baixas.

Essa lógica pode ser observada em políticas que reduzem impostos para grandes empresas, sob a premissa de que a expansão dos negócios levaria à geração de empregos. Entretanto, os ganhos iniciais concentram-se entre proprietários e acionistas, enquanto melhorias na renda dos trabalhadores ocorrem apenas a longo prazo. Kakwani e Pernia (2000) alertam que, em certos contextos, o crescimento pode até aumentar a pobreza, caso a desigualdade cresça a ponto de anular os benefícios do desenvolvimento econômico para as populações mais vulneráveis. Além disso, estudos como os de Deininger e Squire (1997) e Ravallion (1995) desafiaram as conclusões empíricas da hipótese de Kuznets, questionando a inevitabilidade da relação em “U invertido” entre crescimento e desigualdade. Essas divergências teóricas evidenciam a necessidade de aprofundar a compreensão dos mecanismos que condicionam os impactos do crescimento econômico na redução da pobreza.

3.2. Pobreza - Discussão do conceito

O conceito de pobreza varia conforme o contexto e elementos que o compõem, tornando-se, assim, uma noção amplamente debatida. Diante desse panorama, ao analisar as estratégias adotadas pelo Governo de Moçambique no combate à pobreza, torna-se essencial estabelecer uma definição operacional do termo. Essa definição servirá como referência central para a condução do estudo, garantindo coerência na abordagem e na interpretação dos dados. Portanto, a pobreza é entendida como a privação de oportunidades essenciais para o desenvolvimento humano (Marin, et al., 2012). Além disso, de acordo com a Comissão sobre Direitos Sociais, Econômicos e Culturais, das Nações Unidas (2001), a pobreza é definida como:

“Condição humana caracterizada por privação sustentada ou crônica de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para o gozo de um adequado padrão de vida e outros direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais” (CDESC, Nações Unidas, 2001).

Assim sendo, a definição de pobreza é dinâmica e depende amplamente das circunstâncias contextuais em que é analisada. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 1997) destaca que a natureza das privações varia conforme as condições econômicas e sociais de cada comunidade. Nesse sentido, a seleção dos Indicadores de Pobreza Humana (IPH) deve ser realizada considerando o contexto social específico de cada país, a fim de garantir uma avaliação mais precisa e alinhada à realidade local.

Nos países em via desenvolvimento (PVDs), os debates centrais giram em torno de questões como a fome, o analfabetismo, a propagação de epidemias, a escassez de serviços de saúde, a falta de acesso à água potável, a privação de conhecimento e comunicação, bem como a ausência de dignidade, confiança e respeito próprio. Além disso, destaca-se a inexistência de condições adequadas para o exercício pleno dos direitos humanos e políticos, fatores que contribuem para a perpetuação da pobreza e da desigualdade social. A pobreza pode ser entendida como a privação de condições materiais essenciais para a satisfação mínima das necessidades humanas, incluindo a alimentação (PNUD, 1997). Essa privação manifesta-se na sobrevivência precária e na vulnerabilidade à morte prematura, refletida no Índice de Pobreza Humana (IPH) pela porcentagem de indivíduos cuja expectativa de vida não ultrapassa os 40 anos. Além disso, a exclusão do acesso à leitura e à comunicação configura outra forma de privação, mensurada pela taxa de analfabetismo entre adultos (PNUD, 1997).

Segundo Green (1989), a pobreza pode ser categorizada em dois tipos: estrutural e conjuntural. A pobreza estrutural decorre de condições relativamente permanentes, enquanto a pobreza conjuntural resulta de fatores transitórios e passíveis de reversão em curto prazo. Em Moçambique, a pobreza estrutural abrange grupos vulneráveis como órfãos, pessoas com deficiência visual, mutilados e idosos sem apoio familiar. Já a pobreza conjuntural está associada a fatores temporários, afetando deslocados, refugiados de guerra, famílias atingidas por desastres naturais, epidemias e desempregados devido a mudanças no contexto político-econômico (Green, 1989).

Forte (1995), ao corroborar a tipologia de pobreza proposta por Green (1989), enfatiza que a pobreza conjuntural, especialmente a resultante da guerra, compromete a produtividade de uma parcela significativa da população. Ele estima que cerca de 5 milhões de deslocados e refugiados enfrentam dificuldades para suprir suas necessidades básicas. Além disso, aponta

que a pobreza estrutural, vinculada ao baixo desenvolvimento do país, faz com que grande parte da população dependa de uma economia de subsistência, tornando-a vulnerável a choques externos. A pobreza também pode ser compreendida como a insuficiência de calorias, associada à falta de recursos para a obtenção de bens e serviços essenciais, como água, saúde e educação, fundamentais para o bem-estar pessoal e familiar (GREEN, 1989).

Segundo Bengoa (1996), embora o conceito de pobreza seja complexo e sujeito a diversas interpretações, é amplamente reconhecido. Cada indivíduo compreende a pobreza a partir de sua própria experiência, podendo associá-la à falta de alimentação, vestuário inadequado ou à redução do seu padrão de vida habitual. O conceito de pobreza absoluta é especialmente controverso, pois sua definição pode variar de acordo com a perspectiva adotada. De acordo com Bengoa (1996), essa forma de pobreza é caracterizada pela incapacidade de suprir as necessidades mínimas para a manutenção fisiológica. No entanto, os critérios para determinar esses mínimos são culturalmente relativos. Além disso, muitas pessoas classificadas tecnicamente como pobres não se percebem dessa forma, considerando pobres apenas aqueles em situação de extrema privação. Bengoa ainda observa que a aceitação da própria pobreza pode levar à mendicância como meio de subsistência e à busca por compaixão como estratégia de sobrevivência.

A Declaração de Copenhague sobre Desenvolvimento Social, aprovada na Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social das Nações Unidas em 1995, destaca que os pobres são frequentemente ignorados pelos tomadores de decisão, tendo acesso limitado a instituições, empregos, serviços públicos e mercados. Nesse contexto, a pobreza absoluta é definida como a privação severa das necessidades básicas, incluindo alimentação, água potável, saneamento, saúde, habitação, educação e informação, além da falta de renda e recursos produtivos essenciais para a sustentabilidade do indivíduo. Essa visão é reforçada por McNamara, citado por Dion-Leoye (1997), ao caracterizar a pobreza nos países em desenvolvimento como um estado de má nutrição, analfabetismo, doenças, altas taxas de mortalidade infantil e baixa expectativa de vida, refletindo uma condição extrema de privação humana.

No entanto, é necessário observar que "a pobreza absoluta está relacionada com o sistema de valores vigentes, ao qual também pertencem as políticas escolhidas para combater a pobreza e os juízos sobre a sua viabilidade" (Bruno Da Costa, 1984). Isso significa que a forma como a pobreza é definida e enfrentada depende do contexto social, político e

econômico de cada sociedade, influenciando tanto a formulação de políticas públicas quanto a percepção coletiva sobre quem é considerado pobre e quais medidas são viáveis para reduzir essa condição. Sob o ponto de vista de Girod (1984), a pobreza pode ser classificada como relativa ou extrema, dependendo do nível de privação de bens e renda dos indivíduos. Os pobres seriam aqueles que possuem um rendimento insuficiente e enfrentam dificuldades significativas, podendo chegar à miséria ou à pobreza extrema. Além disso, Girod observa que a pobreza não pode ser definida exclusivamente em termos de exclusão social pois algumas pessoas consideradas pobres ainda podem ter acesso ao mercado de trabalho e a certas fontes de renda, garantindo-lhes a satisfação parcial de algumas necessidades básicas (Girod, 1984).

Em Moçambique, a pobreza foi oficialmente definida como "a incapacidade dos indivíduos de assegurar para si e seus dependentes um conjunto de condições básicas mínimas para a sua subsistência e bem-estar segundo as normas da sociedade". Essa definição enfatiza não apenas a privação material, mas também a relação entre as condições de vida e os padrões socialmente estabelecidos no país. A linha da pobreza em Moçambique é estimada com base no consumo de 2.150 kilocalorias por pessoa por dia, acrescida de uma porção referente a despesas não alimentares (Negrão, 2002). Monetariamente, esse valor equivale aproximadamente a USD 1,00 por dia por pessoa (GDM, 2001). A escolha por utilizar a definição oficial de pobreza adotada em Moçambique, em vez de parâmetros internacionais, justifica-se pela adequação metodológica às estatísticas nacionais disponíveis e à coerência com os planos estratégicos de combate à pobreza formulados pelo próprio governo. Além disso, essa definição tem sido usada em documentos oficiais como o Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta I (PARPA I), e serve de base para as análises de pobreza mais amplamente utilizadas no país. Segundo o Relatório Anual da Pobreza (RAP) 2005, essa definição é compatível com a adotada no PARPA I⁴, embora tenha sido contestada pela Sociedade Civil no RAP 2004. A crítica principal reside no fato de que essa definição responsabiliza o cidadão e sua família pela própria condição de pobreza, desconsiderando que existem indivíduos que, embora teoricamente capazes de garantir suas condições básicas de subsistência e bem-estar, enfrentam barreiras estruturais que os impedem de fazê-lo. Essa

⁴ PARPA (Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta) foi uma estratégia oficial do Governo de Moçambique lançada no início dos anos 2000 com o objetivo de reduzir a pobreza de forma sustentável no país. Ele orientava as prioridades de políticas públicas e investimentos nas áreas de saúde, educação, infraestrutura, agricultura e desenvolvimento rural. O PARPA I foi implementado entre 2001 e 2005, seguido pelo PARPA II (2006–2009), sendo ambos alinhados aos objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM) e às diretrizes do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial para países pobres altamente endividados (HIPC).

posição dialoga, em parte, com a visão de Girod (1984), que distingue entre pobreza relativa e extrema e questiona a noção de exclusão social como critério absoluto para definir a pobreza.

O Relatório Anual da Pobreza (RAP) 2005, traz uma nova abordagem sobre a pobreza, deslocando a percepção do pobre de uma posição passiva para uma mais ativa e participativa na luta contra a pobreza, mas que enfrenta a falta de oportunidades. O documento reforça a ideia de que a pobreza é um fenômeno dinâmico e multidimensional, abrangendo diversos aspectos interligados. Segundo essa visão, a pobreza pode ser categorizada da seguinte forma:

- i. Pobreza humana – Relacionada ao acesso às condições básicas de vida e ao bem-estar dos cidadãos, sendo influenciada pelo baixo nível de capital humano, como educação e saúde precárias.
- ii. Pobreza social – Ligada ao capital social dos cidadãos, à governança, à resolução de conflitos, à segurança pública e ao combate à corrupção.
- iii. Pobreza econômica – Vinculada ao crescimento econômico, à agricultura, ao desenvolvimento rural, às infraestruturas básicas e à gestão macroeconômica e financeira.
- iv. Pobreza política – Associada à manutenção da paz e estabilidade sociopolítica, à participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão sobre a administração pública e às questões que impactam tanto o presente quanto às futuras gerações.

Essa abordagem amplia a compreensão da pobreza, destacando que seu enfrentamento exige políticas públicas integradas que contemplem não apenas a renda, mas também fatores estruturais e institucionais que afetam o desenvolvimento humano e social (Sen, 1999; Alkire; Foster, 2011). O conceito de pobreza, quando definido em termos de necessidades humanas primárias, envolve tanto aspectos fisiológicos, como alimentação e sobrevivência, quanto fatores essenciais para a sustentabilidade da existência humana, como saúde, educação e habitação (Nussbaum, 2000; World Bank, 2001). Além disso, a pobreza não se restringe apenas à falta de renda ou bens materiais, mas também à exclusão social e à privação do acesso a condições básicas de vida (Atkinson, 2019). Assim, um indivíduo pode ser considerado pobre não apenas por sua renda insuficiente, mas também pela impossibilidade de satisfazer suas necessidades essenciais, seja por barreiras estruturais, sociais ou políticas (Rahman; Jolly, 2012). No entanto, é importante reconhecer que essa

exclusão ou privação, apesar de ser um fator determinante da pobreza, não é necessariamente o único critério para defini-la (Thorbecke, 2005).

Dessa forma, concluímos que a pobreza não é apenas uma condição relacionada à dificuldade de satisfazer as necessidades básicas de vida e bem-estar, mas também um problema social, econômico e político. Do ponto de vista social, envolve a incapacidade de suprir as necessidades da vida em diferentes níveis individual, familiar e coletivo (SEN, 1999). No aspecto econômico, a pobreza está associada ao baixo crescimento econômico e à falta de oportunidades produtivas (Banco Mundial, 2001). Já na dimensão política, relaciona-se à fraca participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão sobre a coisa pública e sobre questões que impactam diretamente suas vidas (Alkire; Foster, 2011). Será essa a definição de pobreza que norteará nossas análises ao longo do trabalho, pois ela incorpora uma perspectiva mais ativa e participativa do pobre, reconhecendo que a pobreza não é apenas uma condição passiva, mas um fenômeno multidimensional que exige estratégias integradas de enfrentamento. Além disso, essa concepção dialoga com a abordagem empírica adotada, que considera dados provinciais e variáveis estruturais como educação, saneamento e saúde para identificar os determinantes regionais da pobreza em Moçambique.

3.3. Fundamentos teóricos sobre pobreza, crescimento econômico e desigualdade de renda

Kraay (2004), investigou as fontes do crescimento pró-pobre, definido como aquele que resulta na redução de uma medida específica de pobreza. Ele identificou três fatores principais: (i) uma alta taxa de crescimento econômico; (ii) uma elevada sensibilidade da pobreza ao crescimento; e (iii) um padrão de crescimento que favorece a redução da pobreza. Seus achados indicam que cerca de 70% da variação nas mudanças de curto prazo na pobreza pode ser atribuída ao crescimento da renda média. No médio e longo prazo, esse efeito se intensifica, com o crescimento explicando aproximadamente 97% da variação na contagem de pessoas em situação de pobreza. O restante da variância decorre, em grande parte, de alterações na distribuição relativa da renda, enquanto a sensibilidade da pobreza ao crescimento entre diferentes países têm um impacto menor. Além disso, Kraay (2004), observa que a importância do crescimento na redução da pobreza diminui quando se analisa medidas mais abrangentes, como a lacuna de pobreza ao quadrado, uma vez que essas métricas atribuem maior peso às mudanças na distribuição de renda do que ao crescimento econômico em si.

Uma abordagem alternativa para analisar o crescimento e pobreza é considerar a variação esperada na pobreza decorrente de um determinado crescimento econômico, em vez de focar apenas na parcela da variância explicada. Nesse sentido, Ravallion (1997) desenvolveu um modelo empírico que relaciona a taxa de redução da pobreza a uma correção distributiva, representada por um menos o índice de Gini inicial. Posteriormente, Ravallion (2004) aprimorou esse modelo, ajustando-o para possíveis não linearidades na relação entre a elasticidade da pobreza ao crescimento e o nível inicial de desigualdade. As estimativas indicam que o impacto do crescimento sobre a redução da pobreza varia conforme a desigualdade inicial do país. Em economias com baixa desigualdade, um aumento de 1% na renda pode reduzir a pobreza em até 4,3%, enquanto em países com alta desigualdade, essa redução pode ser de apenas 0,6%. A partir dessa análise, Ravallion (2004), conclui que o crescimento econômico, por si só, pode ter uma eficácia limitada na redução da pobreza se não for acompanhado por uma diminuição na desigualdade.

Bourguignon (2003) também investigou a conexão entre crescimento e redução da pobreza, porém adotando uma abordagem distinta. Em sua análise, ele explorou diferentes especificações para a interação entre pobreza, desigualdade e crescimento, concluindo que, para a medida de contagem de pessoas em situação de pobreza, a suposição de que a renda segue uma distribuição log-normal é adequada. Essa constatação é relevante, pois possibilita a estimativa do impacto do crescimento econômico e das variações na elasticidade da pobreza em função da desigualdade. Esses efeitos podem ser modelados como uma função dos níveis de renda per capita, considerando sua correspondência com a linha de pobreza, e do grau de desigualdade, mensurado pelo índice de Gini.

Lopez e Serven (2004), também contribuem para o debate ao testar formalmente a hipótese de que a distribuição da renda e dos gastos segue um padrão log-normal, utilizando um extenso conjunto de dados internacionais sobre desigualdade. Seus resultados indicam que essa hipótese pode ser rejeitada para os gastos per capita, mas não para a renda per capita. A partir dessa constatação, reforça-se a ideia de que a desigualdade representa um obstáculo para a redução da pobreza, conforme argumentado por Ravallion (1997, 2004). Além disso, os achados sugerem que níveis reduzidos de renda per capita também podem limitar a efetividade do crescimento na redução da pobreza. Tanto Bourguignon (2003) quanto Lopez e Serven (2004), demonstram que o impacto de uma taxa de crescimento de 1% na redução da pobreza diminui à medida que a renda per capita se afasta da linha de pobreza.

A literatura teórica apresenta diferentes explicações para a relação entre crescimento e pobreza, destacando tanto a causalidade do crescimento para a pobreza quanto o caminho inverso. No que se refere à influência do crescimento sobre a pobreza, a hipótese de Kuznets (1955) é um ponto de partida central. Segundo essa hipótese, nos estágios iniciais do desenvolvimento, a transição de uma economia predominantemente rural e agrícola para um modelo urbano e industrial levaria a um aumento da pobreza relativa, especialmente entre os segmentos que permanecem no setor agrícola. No entanto, com a expansão da força de trabalho no setor industrial e a redução da participação do setor agrícola, a pobreza tenderia a diminuir. Modelos econômicos mais recentes sugerem que o progresso tecnológico, principal motor do crescimento econômico, pode reduzir a pobreza sempre que seus efeitos sobre a produtividade do trabalho forem difundidos de forma ampla. Em particular, se a adoção de novas tecnologias elevar a demanda por trabalhadores qualificados em relação aos não qualificados, a pobreza pode ser reduzida entre os que conseguem se qualificar. No entanto, é necessário considerar que, caso o crescimento econômico impulsionado pelo progresso tecnológico amplie a oferta de trabalhadores qualificados, reduzindo o prêmio salarial associado às habilidades, o impacto da tecnologia sobre a pobreza pode ser ambíguo.

No que diz respeito ao impacto da pobreza sobre o crescimento, a literatura teórica apresenta visões divergentes. Enquanto alguns estudos sugerem que a pobreza prejudica o crescimento econômico, outros argumentam que ela pode estar associada a taxas de crescimento mais elevadas em determinados contextos. Entre os argumentos que apontam a pobreza como um fator limitante do crescimento, destacam-se três principais mecanismos. O primeiro argumento é o da economia política, formulado por Alesina e Rodrik (1994). Ele baseia-se em três premissas: (i) a tributação e os gastos públicos redistributivos têm efeito negativo sobre o crescimento, pois reduzem a acumulação de capital; (ii) os impostos são proporcionais à renda, enquanto os benefícios dos gastos públicos são distribuídos igualmente entre os indivíduos, levando os mais pobres a preferirem níveis mais elevados de tributação e gasto público; e (iii) a taxa de tributação adotada pelo governo reflete a preferência do eleitor mediano. A partir dessas premissas, conclui-se que uma redução na pobreza pode contribuir para o aumento do crescimento econômico.

O segundo argumento associa a pobreza à instabilidade sociopolítica, conforme proposto por Alesina e Perotti (1996). Essa abordagem parte de duas premissas principais: (i) sociedades com altos níveis de pobreza criam incentivos para que indivíduos se engajem em

atividades fora dos mercados formais, como o crime; e (ii) a instabilidade sociopolítica resultante desencoraja a acumulação de capital devido às perturbações imediatas e à incerteza quanto ao futuro. Assim, a redução da pobreza pode promover maior estabilidade e favorecer o crescimento econômico.

O terceiro argumento está relacionado às restrições de crédito. Galor e Zeira (1993) destacam que, se (i) o desenvolvimento econômico depende da complementaridade entre capital físico e humano, e (ii) restrições de crédito impedem que indivíduos mais pobres invistam em educação, a pobreza reduziria o potencial de crescimento ao limitar o acesso ao capital humano. De forma semelhante, Aghion et al. (1999) mostram que, em contextos de retornos decrescentes aos investimentos individuais e imperfeições nos mercados de crédito, a pobreza pode restringir o crescimento ao concentrar os investimentos em um grupo restrito de pessoas mais ricas, cujos retornos marginais são menores.

Embora os três argumentos apontem que a pobreza pode impactar negativamente o crescimento, eles divergem quanto ao papel da redistribuição de renda. O argumento da economia política sugere que políticas redistributivas progressivas podem ter efeitos adversos sobre o crescimento, ao desestimular a produtividade e reduzir investimentos. Já os argumentos da instabilidade sociopolítica e das restrições de crédito apontam para efeitos positivos da redistribuição, ao ampliar a estabilidade política e o acesso a oportunidades de investimento com elevado retorno marginal. Apesar da relevância dessas abordagens, este trabalho se concentra na direção oposta dessa relação, investigando se o crescimento econômico observado em Moçambique ao longo dos últimos anos contribuiu efetivamente para a redução da pobreza. A análise se orienta pelo referencial do crescimento pró-pobre, que parte do reconhecimento de que nem todo crescimento beneficia os segmentos mais vulneráveis. Nesse sentido, busca-se avaliar se o crescimento ocorrido no país foi inclusivo, reduzindo a pobreza de forma significativa e abrangente nas diferentes províncias.

3.4. Evidências empíricas de crescimento pró-pobre: uma perspectiva internacional com destaque para Moçambique

O crescimento econômico é amplamente reconhecido como uma condição necessária, embora não suficiente, para a redução sustentável da pobreza. A literatura internacional tem avançado na compreensão do que se denomina “crescimento pró-pobre”, definido como aquele que resulta em uma redução significativa da pobreza em resposta ao crescimento do

produto interno bruto (PIB). Em contextos como o de Moçambique, país que emergiu de um conflito civil prolongado e iniciou reformas econômicas a partir dos anos 1990, este debate torna-se particularmente relevante, dado o desafio de promover o desenvolvimento com equidade.

Ravallion (2004) propõe que o crescimento será pró-pobre quando os rendimentos dos pobres crescerem em proporção igual ou superior ao crescimento médio da renda nacional. Já Kakwani e Pernia (2000) definem o crescimento pró-pobre como aquele cuja elasticidade da pobreza em relação ao crescimento da renda é suficientemente alta, indicando que o crescimento está alcançando de forma efetiva os grupos mais vulneráveis. Em Moçambique, os dados das últimas décadas mostram que houve avanços importantes na redução da pobreza. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2019), a taxa de pobreza caiu de 69,4% em 1997 para cerca de 46% em 2014/2015. Esses dados são frequentemente citados como sinal de que o país tem vivenciado uma trajetória de crescimento com impactos sociais positivos. Contudo, a análise mais detalhada da distribuição regional desses ganhos e das dinâmicas de desigualdade sugere que os efeitos não são uniformes.

Estudos como os de Arndt et al. (2012) indicam que os setores que mais contribuíram para o crescimento do país agricultura, comércio e serviços também são aqueles que concentram a maior parte da mão de obra pobre, sobretudo em zonas rurais. Com base nessa constatação, os autores argumentam que o crescimento apresentou características compatíveis com um perfil pró-pobre. A agricultura, por exemplo, beneficiou-se de programas públicos de incentivo à produção e de aumento da produtividade, especialmente no período pós-2000. A expansão da infraestrutura rural, aliada ao acesso a insumos e ao mercado, melhorou a renda de pequenos produtores e contribuiu para a segurança alimentar em várias províncias.

No entanto, há limitações importantes. O próprio Banco Mundial (2018) reconhece que os progressos na redução da pobreza em Moçambique foram desacelerando após 2008, coincidindo com o aumento da desigualdade entre áreas urbanas e rurais. As províncias do norte e centro do país, por exemplo, continuaram apresentando níveis mais altos de pobreza, refletindo disparidades históricas de investimento em infraestrutura, educação e saúde. Esse cenário reforça a tese de que o crescimento, embora positivo, não tem sido igualmente distribuído, um obstáculo para sua caracterização como plenamente pró-pobre.

Além disso, análises recentes, como as de Simler et al. (2015), apontam que os rendimentos dos 40% mais pobres da população moçambicana cresceram em ritmo inferior ao rendimento médio nacional. Isso implica uma redução da pobreza mais lenta do que o potencial esperado com base nas taxas de crescimento do PIB. Os autores identificam que fatores como o acesso desigual à educação, à terra produtiva e à eletricidade são elementos-chave que explicam por que o crescimento não se traduziu automaticamente em progresso social para todos. Outro elemento importante no debate sobre crescimento pró-pobre em Moçambique é o papel das políticas públicas de transferência de renda e proteção social. Programas como o Subsídio Social Básico (PASB), gerenciado pelo Instituto Nacional de Ação Social (INAS), atuam como redes de segurança para populações em extrema vulnerabilidade. Embora o valor monetário das transferências ainda seja modesto, estudos como os de Sumarto et al. (2016) mostram que essas intervenções têm efeitos positivos sobre a pobreza multidimensional, principalmente entre mulheres chefes de família e idosos.

Os dados disponíveis também permitem uma análise econométrica da relação entre crescimento e pobreza. Manuel e Mandlate (2017), utilizando dados de painel por província entre 1997 e 2014, encontraram uma elasticidade negativa significativa entre crescimento do PIB per capita e taxa de pobreza, indicando que aumentos no produto estavam associados à redução da pobreza. Contudo, essa relação foi sensível ao controle de variáveis como escolaridade média, acesso à saúde e índice de Gini, sugerindo que a desigualdade atenua os efeitos positivos do crescimento. Nesse sentido, o debate sobre crescimento pró-pobre em Moçambique encontra paralelos com experiências observadas na América Latina, onde o uso combinado de políticas de crescimento econômico com medidas redistributivas resultou em melhorias significativas nos indicadores sociais. Países como o Brasil, por exemplo, reduziram a pobreza entre 2003 e 2013 através de uma combinação de valorização do salário mínimo, expansão de programas como o Bolsa Família e ampliação do acesso à educação básica (Ferreira et al., 2010). Embora os contextos institucionais e históricos sejam distintos, essas lições apontam para a importância de políticas integradas e focalizadas.

Ainda que Moçambique tenha apresentado indicadores de crescimento positivos nas últimas décadas, a desigualdade de renda, medida pelo índice de Gini, continua sendo um desafio central para a consolidação de um desenvolvimento inclusivo. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI, 2019), a má alocação dos investimentos públicos e a falta de coordenação eficaz entre as políticas macroeconômicas e sociais têm comprometido os

ganhos potenciais de um crescimento econômico mais equitativo. Isso é especialmente preocupante em um país onde a maior parte da população ainda depende da agricultura de subsistência e do setor informal para sua sobrevivência.

A persistência da desigualdade e da pobreza em meio a taxas significativas de crescimento econômico não é um fenômeno isolado de Moçambique. Em diversos países da África Subsaariana, como Zâmbia, Tanzânia e Malawi, apesar de registrarem crescimento econômico robusto, os benefícios desse crescimento são distribuídos de forma desigual, limitando os avanços na redução da pobreza e na melhoria dos indicadores sociais. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2021) destaca que a incapacidade desses países em promover um crescimento inclusivo está associada a fatores estruturais semelhantes aos enfrentados por Moçambique, como baixa diversificação econômica, infraestrutura precária e fragilidade institucional, o que resulta em uma elevada concentração da riqueza e limita a mobilidade social.

De forma análoga, em países latino-americanos com condições socioeconômicas comparáveis, como Honduras, Nicarágua e Guatemala, observa-se que, embora o crescimento econômico tenha apresentado avanços significativos, os indicadores de pobreza e desigualdade ainda são preocupantes. Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2020), esses países enfrentam desafios similares aos de Moçambique, tais como a alta dependência do setor agrícola de pequena escala, o mercado de trabalho informal dominante e a concentração dos investimentos públicos em regiões específicas, geralmente urbanas, em detrimento das zonas rurais, onde reside a maior parte da população pobre.

Esses paralelos internacionais reforçam a necessidade de políticas públicas que não apenas fomentem o crescimento econômico, mas que também garantam a sua capacidade de promover a inclusão social e reduzir a desigualdade regional e social. A experiência comparada indica que o crescimento pró-pobre requer uma combinação de estratégias que incluem o fortalecimento da agricultura familiar, o aumento da cobertura e qualidade dos serviços públicos essenciais, educação, saúde, saneamento e a implementação de mecanismos eficazes de redistribuição de renda (Ravallion, 2004; Bourguignon, 2004).

No caso específico de Moçambique, estudos como os de Arndt et al. (2012) mostram que os setores que mais contribuíram para o crescimento do país agricultura, comércio e

serviços também são aqueles que concentram a maior parte da mão de obra pobre, sobretudo em áreas rurais. Isso indica que, ao menos em parte, o crescimento apresenta características pró-pobres, na medida em que beneficia segmentos da população tradicionalmente marginalizados. A agricultura, em particular, se beneficiou de programas públicos voltados para o incentivo à produção e para o aumento da produtividade no período pós-2000, o que, aliado à expansão da infraestrutura rural e ao melhor acesso a insumos e mercados, resultou em ganhos de renda para pequenos produtores e contribuiu para a segurança alimentar em diversas províncias (Arndt Et Al., 2012).

Contudo, a desigualdade de renda permanece elevada em Moçambique, evidenciada pelo índice de Gini que, segundo dados do Banco Mundial (2023), manteve-se em torno de 0,44 a 0,47 na última década, indicando um nível médio-alto de desigualdade comparável a países africanos vizinhos. O relatório do FMI (2019) destaca que essa desigualdade compromete a sustentabilidade do crescimento, uma vez que limita o acesso da parcela mais pobre da população aos benefícios gerados pela economia, especialmente no que tange a serviços públicos e oportunidades produtivas.

É importante destacar que a desigualdade em Moçambique não é apenas econômica, mas também territorial e social. O país apresenta disparidades regionais significativas, onde áreas urbanas, especialmente a capital Maputo, concentram os maiores investimentos e melhores indicadores socioeconômicos, enquanto as zonas rurais, onde vive a maior parte da população, continuam enfrentando altos índices de pobreza e acesso limitado a serviços públicos básicos (INE, 2022). Essa desigualdade espacial é um obstáculo para o crescimento pró-pobre, pois restringe a capacidade do crescimento econômico de gerar efeitos distributivos positivos em todo o território nacional.

Além das disparidades regionais, a desigualdade social está fortemente marcada pela estrutura demográfica e educacional do país. A taxa de analfabetismo, apesar de ter diminuído nos últimos anos, ainda é alta, sobretudo entre mulheres e nas áreas rurais, limitando o acesso a empregos de qualidade e a inserção em setores produtivos mais dinâmicos (UNESCO, 2021). A falta de escolaridade e qualificação técnica, por sua vez, dificulta o aumento da produtividade e o acesso a melhores rendimentos, perpetuando ciclos de pobreza intergeracionais.

No âmbito da política pública, a experiência de Moçambique revela a necessidade urgente de estratégias que articulem crescimento econômico com inclusão social efetiva. O Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), principal instrumento nacional de combate à pobreza, tem buscado esse alinhamento, priorizando investimentos em educação, saúde, saneamento básico e agricultura familiar. No entanto, desafios persistem quanto à alocação eficiente dos recursos, à coordenação intersetorial e à capacidade institucional para a execução e monitoramento dessas políticas (Ministério da Economia e Finanças, 2016).

A literatura internacional oferece importantes lições para o aprimoramento dessas políticas. Em países da África Subsaariana como Ruanda e Etiópia, o crescimento econômico recente tem sido acompanhado de investimentos substanciais em educação e infraestrutura rural, resultando em avanços significativos na redução da pobreza (World Bank, 2022). Esses países demonstram que, apesar das limitações estruturais, é possível promover um crescimento mais inclusivo por meio da combinação de políticas integradas e foco na capacitação da população rural.

Na América Latina, o Brasil tem sido frequentemente citado na literatura como um caso de políticas de crescimento com impacto positivo sobre a pobreza nas últimas décadas. A implementação de programas sociais, como o Bolsa Família, combinada com investimentos em educação e saúde, contribuiu para a redução da pobreza extrema e da desigualdade, ao mesmo tempo em que o país manteve crescimento econômico relativamente estável (Soares et al., 2010). Embora o contexto brasileiro seja distinto do moçambicano, estratégias de transferência condicionada de renda e investimentos em serviços públicos básicos podem oferecer insights relevantes para a formulação de políticas adaptadas às especificidades locais. Outro aspecto crucial para o avanço do crescimento pró-pobre em Moçambique refere-se à diversificação econômica e ao estímulo a setores produtivos com maior capacidade de absorção de mão de obra, especialmente feminina e jovem. A dependência excessiva do país em setores primários, como agricultura de subsistência e mineração, expõe a economia a vulnerabilidades externas e limita o impacto distributivo do crescimento (Arndt et al., 2018). Os resultados deste estudo sugerem que a expansão de setores mais dinâmicos da economia poderia ter efeitos mais amplos na redução da pobreza, indicando a relevância de medidas que incentivem a diversificação produtiva e a inclusão no mercado de trabalho formal (UNDP, 2021).

Ademais, a questão da governança e da institucionalidade desempenha papel fundamental na efetividade das políticas pró-pobres. A fragilidade das instituições públicas, a corrupção e a falta de transparência são desafios recorrentes que comprometem a implementação de programas sociais e investimentos públicos, além de minar a confiança da população nas políticas governamentais (Transparency International, 2022). O fortalecimento institucional, com maior participação social e controle social, é fundamental para garantir que os recursos cheguem efetivamente aos beneficiários e para a sustentabilidade do crescimento inclusivo.

Em síntese, o crescimento econômico em Moçambique apresenta elementos que podem ser caracterizados como pró-pobres, sobretudo em função da contribuição dos setores agrícola, comercial e de serviços para a geração de renda entre os mais vulneráveis. No entanto, a desigualdade persistente, tanto em termos econômicos quanto territoriais, limita os efeitos positivos desse crescimento sobre a redução da pobreza. A experiência comparada com países africanos e latino-americanos mostra que a superação desses desafios passa pela implementação de políticas integradas que promovam a inclusão social, a redistribuição de renda, a diversificação produtiva e o fortalecimento institucional.

Portanto, o grande desafio para Moçambique nas próximas décadas é consolidar um modelo de crescimento econômico que seja simultaneamente sustentável e inclusivo, capaz de reduzir as disparidades sociais e regionais, e de oferecer oportunidades reais para todos os seus cidadãos. Somente assim será possível romper os ciclos históricos de pobreza e desigualdade que ainda marcam o país, promovendo um desenvolvimento que alcance efetivamente toda a população.

4. METODOLOGIA

4.1. Fonte e tratamento de dados

A presente dissertação tem como objetivo analisar o perfil do crescimento pró-pobre em Moçambique, utilizando uma série temporal de dados em painel referentes aos períodos intercensitários de 1996/97, 2002/03, 2008/09, 2014/15 e 2022/23. Busca-se, assim, examinar as dinâmicas de longo prazo entre o crescimento econômico e a pobreza no país. A seleção das variáveis utilizadas fundamenta-se em critérios teóricos e metodológicos amplamente reconhecidos na literatura econômica, com o intuito de capturar os principais determinantes estruturais do desenvolvimento socioeconômico moçambicano.

A base de dados contempla observações para as 11 províncias Moçambicanas: Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza, Maputo Província e Maputo Cidade, ao longo de cinco períodos intercensitários. Essa estrutura em painel permite capturar as variações tanto temporais quanto espaciais, fornecendo uma base robusta para a avaliação de políticas públicas e para a identificação de padrões regionais na distribuição do crescimento e da pobreza.

Quadro 1 – Lista de variáveis utilizadas para analisar o crescimento econômico pró-pobre em Moçambique (1996/97, 2002/03, 2008/09, 2014/15 e 2022/23).

Variável	Medida	Fonte
Incidência de Pobreza	Percentual (%)	INE, Banco Mundial
Índice de Gini	Índice (0–1)	Banco Mundial, Relatórios Nacionais
Taxa de Crescimento Real do PIB	Percentual (%)	Banco de Moçambique, Banco Mundial
Privação na Educação	Percentual (%)	INE, Relatórios de Desenvolvimento Humano
Número de Escolas	Unidades	Ministério da Educação de Moçambique
Taxa de Alfabetização	Percentual (%)	INE, UNESCO
Taxa Bruta de Escolaridade	Percentual (%)	Ministério da Educação, Banco Mundial
Privação no Saneamento	Percentual (%)	INE, MISAU
Número de Unidades de Saúde	Unidades	Ministério da Saúde (MISAU)

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), Banco Mundial e demais relatórios oficiais referentes aos períodos intercensitários de 1996/97, 2002/03, 2008/09, 2014/15 e 2022/23.

Foram incluídas variáveis macroeconômicas e sociais relevantes para a análise da dinâmica do crescimento econômico e da pobreza em Moçambique. A incidência de pobreza, expressa em termos percentuais, representa a proporção da população abaixo da linha de pobreza nacional, sendo um dos principais indicadores para avaliar o alcance e os limites das políticas de redução da pobreza no país. O Índice de Gini foi incluído como medida da desigualdade na distribuição de renda, permitindo observar se o crescimento econômico tem sido acompanhado por maior equidade ou se, ao contrário, os ganhos têm se concentrado em determinados segmentos da sociedade. A taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) foi empregada para captar o desempenho agregado da economia moçambicana, ajustado pela inflação, ao longo do período estudado.

Do ponto de vista social, foram incorporados indicadores de acesso e qualidade dos serviços públicos. A prevalência de privação na educação, medida em porcentagem, reflete o percentual da população em idade escolar que não frequenta instituições de ensino, sendo um indicador da exclusão educacional. O número de escolas e a taxa bruta de escolaridade complementam essa análise, permitindo avaliar a expansão da infraestrutura educacional e a proporção da população matriculada nos diferentes níveis de ensino. A taxa de alfabetização foi utilizada para medir a proporção da população adulta com habilidades básicas de leitura e escrita, sendo um dos pilares do capital humano. Paralelamente, a prevalência de privação no saneamento, também em percentual, aponta para a parcela da população sem acesso a condições adequadas de higiene e infraestrutura sanitária, o que está fortemente associado à saúde pública e à qualidade de vida.

A infraestrutura de saúde foi analisada com base no número de unidades de saúde, fornecendo uma visão da disponibilidade de serviços de saúde à população. Todos os dados utilizados foram extraídos de fontes secundárias reconhecidas pela sua credibilidade e consistência metodológica, sendo elas: o Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (INE), o Banco Mundial, além de relatórios do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde. A utilização desses indicadores permite captar, de forma integrada, tanto os avanços quanto os desafios persistentes no processo de crescimento econômico inclusivo e redução da pobreza em Moçambique.

4.2. Modelagem econométrica

O modelo econométrico deste estudo fundamenta-se na abordagem metodológica proposta por Bruno, Ravallion e Squire (1998), Conforme adaptado por Pinto e Oliveira (2010) e posteriormente utilizado por Santos (2011), com vistas a analisar se o crescimento econômico em Moçambique, ao longo dos anos, foi pró-pobre. Tal abordagem baseia-se na decomposição da elasticidade total da pobreza em duas elasticidades parciais: elasticidade renda-pobreza e elasticidade desigualdade-pobreza. A elasticidade renda-pobreza busca mensurar o impacto do crescimento da renda média sobre a pobreza, pressupondo a manutenção da desigualdade constante. Por outro lado, a elasticidade desigualdade-pobreza estima o efeito de variações na desigualdade sobre a pobreza, mantendo-se o nível de renda estável. Para tanto, recorre-se à estimação de modelos de regressão linear com dados em painel, permitindo a análise da dinâmica da pobreza em diferentes províncias ao longo do tempo.

Os dados utilizados neste estudo são de natureza secundária, coletados junto ao Instituto Nacional de Estatística (INE), ao Banco Mundial e a relatórios de pobreza de Moçambique. Abrangem cinco períodos distintos: 1996/1997, 2002/2003, 2008/2009, 2014/2015 e 2022/2023. A unidade de análise é composta pelas províncias do país. A variável dependente é a incidência de pobreza. As variáveis independentes incluem: PIB real per capita, Índice de Gini, taxa de alfabetização, taxa bruta de escolaridade, privação em educação, privação em saneamento, número de escolas e número de unidades de saúde. Com vistas a capturar as elasticidades, procedeu-se à transformação das variáveis de pobreza e PIB per capita em logaritmos neperianos. Posteriormente, foi calculado as variações percentuais por província e período, de modo a capturar as variações ao longo do tempo:

$$\ln_Pobreza = \ln(Pobreza)$$

$$\ln_PIB = \ln(PIB_Real)$$

$$\Delta \ln_Pobreza = \ln_Pobreza - \text{lag}(\ln_Pobreza)$$

$$\Delta \ln_PIB = \ln_PIB - \text{lag}(\ln_PIB)$$

De forma análoga ao cálculo das diferenças logarítmicas de pobreza e PIB per capita, foram obtidas as primeiras diferenças para as demais variáveis explicativas, conforme segue:

$$\Delta Gini_{it} = Gini_{it} - Gini_{i,t-1}$$

$$\Delta Alfabetiza\c{c}ão_{it} = Alfabetiza\c{c}ão_{it} - Alfabetiza\c{c}ão_{i,t-1}$$

$$\Delta GEscolaridade_{it} = Escolaridade_{it} - Escolaridade_{i,t-1}$$

$$\Delta Priv_Saneamento_{it} = Priv_Saneamento_{it} - Priv_Saneamento_{i,t-1}$$

$$\Delta N\acute{u}mero\ de\ Escolas_{it} = N\acute{u}mero\ de\ Escolas_{it} - N\acute{u}mero\ de\ Escolas_{i,t-1}$$

$$\Delta Unidades\ de\ Sa\acute{u}de_{it} = Unidade\ de\ UniSa\acute{u}de_{it} - Unidades\ de\ Sa\acute{u}de_{i,t-1}$$

Os modelos econométricos foram estimados via mínimos quadrados, conforme sugerido por Gujarati (2006), considerando as limitações amostrais e o reduzido número de períodos disponíveis. A aplicação de modelos em painel possibilita controlar características não observadas específicas das províncias, ampliando os graus de liberdade e aumentando a eficiência dos estimadores. Para fins de robustez, os modelos foram testados tanto com especificações reduzidas (PIB e Gini) quanto estendidas (com variáveis educacionais, de saúde e infraestrutura).

Antes de apresentar as equações, é importante destacar que o uso de modelos em diferenças logarítmicas, aplicados a dados em painel, visa justamente estimar as elasticidades parciais associadas ao crescimento econômico e à desigualdade. Essas estimativas possibilitam verificar se a redução da pobreza nas províncias moçambicanas está associada à expansão da renda média e à melhora em aspectos distributivos e estruturais. Segundo Santos (2011), essa metodologia permite captar os impactos diretos do crescimento e da desigualdade, isoladamente, sobre a pobreza, e avaliar com maior clareza a natureza pró-pobre do crescimento.

Sendo assim, a equação base da elasticidade da pobreza é representada por:

$$\Delta \ln(Pobreza_{it}) = \alpha + \beta_1 \Delta \ln(PIB_{it}) + \beta_2 \Delta(Gini_{it}) + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Em que as variáveis $\Delta \ln(Pobreza_{it})$ é a variação logarítmica da pobreza na província i no período t ; $\Delta \ln(PIB_{it})$ é a variação logarítmica do PIB real per capita; $\Delta(Gini_{it})$ representa a variação no índice de Gini; β_1 capta a elasticidade renda-pobreza; β_2 representa a elasticidade desigualdade-pobreza; ε_{it} é o termo de erro.

Equação estendida com variáveis estruturais

$$\Delta \ln(Pobreza_{it}) = \alpha + \beta_1 \Delta \ln(PIB_{it}) + \beta_2 \Delta(Gini_{it}) + \beta_3 \Delta X_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

Em que ΔX_{it} representa o vetor de variáveis explicativas, composto pelas variações na taxa de alfabetização, escolaridade, privação educacional, privação de saneamento, número de escolas e número de unidades de saúde. A metodologia adotada permite, portanto, identificar se as variações na renda têm sido acompanhadas de redução da pobreza, bem como aferir o papel da desigualdade e das variáveis estruturais no processo de transformação socioeconômica das províncias moçambicanas. Considerando a heterogeneidade entre as províncias e a multiplicidade de fatores envolvidos, foram testadas diferentes especificações do modelo. Entre elas, a Equação (2) mostrou-se a mais adequada para a análise proposta. Conforme destacado por Favero et al. (2014), essa abordagem também permite extrair elasticidades específicas para cada unidade subnacional, contribuindo para a formulação de políticas públicas regionalizadas.

5. RESULTADOS

A presente seção tem como finalidade apresentar as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas na análise, abrangendo indicadores socioeconômicos relacionados à pobreza, à desigualdade de renda, ao crescimento econômico e às condições sociais nas províncias moçambicanas. Em seguida, são expostos os resultados da matriz de correlação, que permite identificar o grau e o sentido das associações lineares entre as variáveis selecionadas, evidenciando possíveis relações positivas ou negativas e destacando a coexistência de múltiplas dimensões de privação social ao longo do período analisado. Na sequência, estima-se a elasticidade pobreza-renda por meio de um modelo de regressão linear simples aplicado às variações logarítmicas da pobreza e do PIB real per capita. Essa abordagem possibilita avaliar em que medida o crescimento econômico está associado à redução da pobreza, servindo como critério empírico para verificar a ocorrência de crescimento pró-pobre nas províncias de Moçambique.

O painel de dados original continha 55 observações, correspondentes às 11 províncias observadas em cinco períodos intercensitários (1996/97, 2002/03, 2008/09, 2014/15 e 2022/23). Contudo, em razão da indisponibilidade de algumas variáveis estruturais em determinados períodos, 11 observações foram automaticamente excluídas pelo procedimento de estimação, resultando em um total de 44 observações efetivas utilizadas em todos os modelos econométricos estimados.

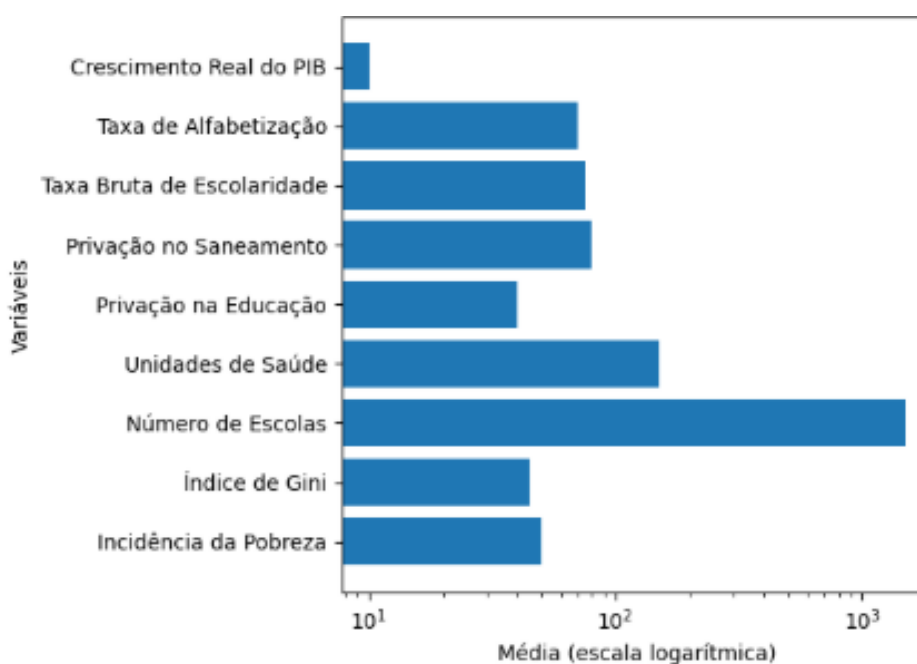
5.1. Estatísticas descritivas das variáveis

Em seguida, apresentam-se as estatísticas descritivas e a matriz de correlação das variáveis utilizadas no estudo, construídas a partir dos dados em painel referentes às onze províncias moçambicanas ao longo dos períodos intercensitários de 1996/97, 2002/03, 2008/09, 2014/15 e 2022/23. A Tabela 1, que sintetiza as estatísticas descritivas das variáveis socioeconômicas, mostra que a incidência média de pobreza nas províncias moçambicanas é de 46,37%, com valores que variam entre 11,20% e 80,70%. Esses resultados são coerentes com análises anteriores que apontam a persistência de níveis elevados de pobreza no país (Arndt et al., 2016; INE, 2019; Fox et al., 2020), além de destacarem a marcada heterogeneidade regional que caracteriza o tecido socioeconômico moçambicano..

A Figura 1, que ilustra as médias das variáveis socioeconômicas consideradas, reforça visualmente o padrão observado nas estatísticas descritivas. Nota-se um forte contraste entre

indicadores expressos em números absolutos, como o número de escolas e o número de unidades de saúde, e aqueles expressos em percentuais, como pobreza, alfabetização, escolaridade e privações sociais. Esse desnível de escala evidencia a magnitude relativa da infraestrutura pública e sugere que avanços institucionais ocorreram de forma assimétrica, cenário coerente com estudos que apontam desigualdades no acesso a serviços básicos no país (UNICEF, 2021; UNESCO, 2018). A representação gráfica também permite identificar áreas particularmente vulneráveis, como saneamento, cuja média elevada de privação confirma diagnósticos multidimensionais sobre o bem-estar em Moçambique (Alkire & Santos, 2014).

Figura 1 - Médias das variáveis socioeconómicas em estudo nos períodos intercensitários de 1996/97, 2002/03, 2008/09, 2014/15 e 2022/23



Fonte - Fonte: Elaboração própria com base em dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), Banco Mundial e demais relatórios oficiais referentes aos períodos intercensitários de 1996/97, 2002/03, 2008/09, 2014/15 e 2022/23.

O índice de Gini apresenta média de 0,41, indicando um nível moderado, porém persistente, de desigualdade na distribuição da renda um traço comum a países da África Subsaariana (World Bank, 2020; UNECA, 2017). Contudo, para o presente estudo, a desigualdade é considerada sobretudo como um elemento contextual, enquanto o foco central recai sobre a relação entre renda e pobreza. Nesse sentido, a taxa de crescimento real do PIB,

com média de 8,78% e amplitude entre 2,80% e 18,50%, revela que as províncias experimentaram ritmos distintos de expansão econômica. Essa heterogeneidade foi observada em análises anteriores que discutem o caráter desigual do crescimento regional no país (Jones & Tarp, 2015). Em paralelo, indicadores de capital humano como a taxa de alfabetização (55,26%) e a taxa bruta de escolaridade (64,75%) sugerem avanços graduais, porém ainda insuficientes para assegurar melhorias consistentes no bem-estar social (UNESCO, 2018; UNICEF, 2021). Já a privação no saneamento, com média superior a 70%, destaca-se como uma das dimensões mais críticas, em consonância com estudos sobre pobreza multidimensional (Alkire & Foster, 2011).

Tabela 1- Estatísticas descritivas das variáveis em estudo nos períodos intercensitários de 1996/97, 2002/03, 2008/09, 2014/15 e 2022/23.

Estatística	Incidência de Pobreza	Índice de Gini	Taxa de Crescimento Real do PIB	Privação na Educação	Número de Escolas	Taxa de Alfabetização	Taxa Bruta de Escolaridade	Privação no Saneamento	Número de Unidades de Saúde
Média	46.37	0.41	8.78	33.84	1513.50	55.26	64.75	71.06	141.84
Mínimo	11.20	0.11	2.80	2.30	181.00	25.00	29.60	3.80	36.00
Máximo	80.70	0.54	18.50	68.60	6784.00	93.60	129.70	96.30	282.00
Desvio Padrão	15.47	0.08	3.61	18.44	1234.18	18.71	26.72	25.17	58.27
Observações	55.00	55.00	55.00	55.00	55.00	55.00	55.00	55.00	55.00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados em estudo (1996/97, 2002/03, 2008/09, 2014/15 e 2022/23)

A Tabela 2, que apresenta a matriz de correlação das variáveis, evidencia associações pertinentes para a análise do crescimento pró-pobre. A pobreza apresenta correlação negativa com o crescimento econômico ($-0,34$), indicando que aumentos no PIB real tendem a reduzir a pobreza, ainda que de forma não linear e heterogênea entre grupos e regiões, o que sugere que os efeitos do crescimento não se distribuem de maneira uniforme. Esse comportamento é consistente com a literatura sobre crescimento pró-pobre, segundo a qual a expansão econômica pode reduzir a pobreza, beneficiando alguns segmentos da população mais do que outros, sem necessariamente produzir efeitos abrangentes (Besley & Cord, 2007; Fosu, 2010). Observa-se também uma correlação praticamente nula entre pobreza e desigualdade ($0,08$), indicando que, no período analisado, variações na distribuição de renda não se traduziram automaticamente em diferenças substantivas nos níveis de pobreza entre províncias, padrão observado em avaliações recentes do país (World Bank, 2022). Os indicadores sociais apresentam correlações mais intensas entre si, evidenciando a sobreposição de múltiplas dimensões do bem-estar. A alfabetização exibe forte correlação negativa com a privação na educação ($-0,95$), enquanto a privação na educação apresenta correlação positiva elevada com a privação no saneamento ($0,89$). Esses padrões são consistentes com análises que destacam a interdependência das privações em contextos de baixa renda (Alkire & Santos, 2014; Barros, Henriques & Mendonça, 2001). A infraestrutura pública também apresenta associação relevante, evidenciada pela correlação entre o número de escolas e o número de unidades de saúde ($0,80$), sugerindo complementariedade na provisão de serviços essenciais (Andrews et al., 2017; Glewwe & Kremer, 2006).

No conjunto, os resultados evidenciados pelas Tabelas 1 e 2 e pela Figura 1 indicam que, embora Moçambique tenha registado avanços econômicos e melhorias em indicadores sociais ao longo das últimas décadas, esses progressos não ocorreram de forma uniforme entre as províncias. A combinação de disparidades regionais, privações persistentes e expansão econômica desigual limita a capacidade do crescimento de reduzir a pobreza de forma mais abrangente questão central nos debates sobre crescimento pró-pobre (Kakwani & Pernia, 2000; Ravallion, 2016). Assim, justifica-se a análise econométrica subsequente, voltada à estimação das elasticidades pobreza-renda e pobreza-crescimento, com o objetivo de avaliar se o crescimento observado no país pode ser classificado como pró-pobre.

Tabela 2- Matriz de correlação das variáveis em estudo nos períodos intercensitários de 1996/97, 2002/03, 2008/09, 2014/15 e 2022/23.

	Incidência de Pobreza	Índice de Gini	Taxa de Crescimento Real do PIB	Privação na Educação	Número de Escolas	Taxa de Alfabetização	Taxa Bruta de Escolaridade	Privação no Saneamento	Número de Unidades de Saúde
Incidência de Pobreza	1.00	-0.03	-0.34	0.29	-0.04	-0.20	-0.55	0.27	0.18
Índice de Gini	-0.03	1.00	-0.03	0.11	0.10	-0.15	-0.29	0.25	0.04
Taxa de Crescimento Real do PIB	-0.34	-0.03	1.00	-0.40	0.05	0.43	0.44	-0.51	-0.07
Privação na Educação	0.29	0.11	-0.40	1.00	0.40	-0.95	-0.66	0.89	0.61
Número de Escolas	-0.04	0.10	0.05	0.40	1.00	-0.36	-0.13	0.42	0.80
Taxa de Alfabetização	-0.20	-0.15	0.43	-0.95	-0.36	1.00	0.68	-0.88	-0.57
Taxa Bruta de Escolaridade	-0.55	-0.29	0.44	-0.66	-0.13	0.68	1.00	-0.63	-0.24

Privação no Saneamento	0.27	0.25	-0.51	0.89	0.42	-0.88	-0.63	1.00	0.61
Número de Unidades de Saúde	0.18	0.04	-0.07	0.61	0.80	-0.57	-0.24	0.61	1.00
Observações	55	55	55	55	55	55	55	55	55

Fonte: Elaboração própria com base nos dados em estudo (1996/97, 2002/03, 2008/09, 2014/15 e 2022/23)

5.2. Resultados Econométricos (PIB + Gini)

A Tabela 3 apresenta os resultados da primeira etapa da análise, que buscou estimar a elasticidade da pobreza em relação ao crescimento econômico e à desigualdade de renda nas províncias moçambicanas, utilizando modelos em diferenças logarítmicas aplicados a dados em painel. Essa abordagem permite identificar se a redução da pobreza está associada à expansão da renda per capita e à melhoria nos aspectos distributivos da economia, isolando os efeitos de cada variável (Santos, 2011).

Tabela 3. Resultados do modelo econométrico da relação entre PIB e Gini (1996/97, 2002/03, 2008/09, 2014/15 e 2022/23)

Variável	Modelo Básico
Intercepto	-0.241 *** (0.00048)
$\Delta \ln \text{PIB}$	-0.320 * (0.01700)
ΔGini	-1.445 * (0.02080)
R² / R² Ajustado:	0.2472 / 0.2105
F-statistic (p-valor):	6.733 (0.002962)
Observações	55

Fonte: Elaboração própria com base nos dados em estudo.

Nota: Entre parênteses estão apresentados os erros-padrão robustos das estimativas. * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$.

Os resultados apresentados na Tabela 3, revelam que tanto o crescimento econômico quanto a desigualdade de renda exercem influência estatisticamente significativa sobre a variação da pobreza nas províncias moçambicanas ao longo do período analisado. O coeficiente associado ao crescimento econômico ($\Delta \ln \text{PIB}$) é negativo (-0.320) e significativo ao nível de 5% ($p = 0.017$), indicando que um aumento de 1% no PIB real per capita está associado a uma redução aproximada de 0.32% na taxa de pobreza. Esse resultado confirma a existência de uma elasticidade renda-pobreza negativa, consistente com a literatura que aponta o crescimento como elemento importante na redução da pobreza (Santos, 2011; Fávero et al., 2014; Ravallion, 2016).

O coeficiente associado à desigualdade (Δ Gini) é negativo (-1,445) e estatisticamente significativo ($p = 0,021$), indicando que variações positivas na desigualdade estão associadas a aumentos da pobreza, ao passo que reduções na desigualdade tendem a atenuar o crescimento da pobreza. Esse resultado sugere que a relação entre desigualdade e pobreza é mediada pelo padrão distributivo do crescimento, reforçando a ideia de que o crescimento econômico somente assume caráter pró-pobre quando acompanhado de melhorias distributivas (Kakwani & Pernia, 2000; Ferreira, 2012). Tem-se, assim, a indicação de que o crescimento econômico e a melhoria distributiva, considerados separadamente, estão associados à redução da pobreza. De forma geral, a estimação básica evidencia que variações no PIB real per capita e no índice de Gini explicam parte relevante da dinâmica da pobreza em Moçambique, ainda que o modelo não permita avaliar efeitos interativos entre essas variáveis. Esses resultados iniciais fornecem justificativa empírica para a inclusão de fatores estruturais adicionais nas seções seguintes, como saneamento, saúde e educação, e reforçam a importância de investigar modelos estendidos que permitam compreender como diferentes dimensões do desenvolvimento condicionam a efetividade do crescimento sobre a redução da pobreza.

5.3. Resultados Econométricos (PIB + Gini + variáveis estruturais)

Nesta seção são apresentados seis modelos econométricos que combinam o crescimento econômico ($\Delta \ln$ PIB), a desigualdade de renda (Δ Gini) e diferentes variáveis estruturais associadas às condições sociais das províncias moçambicanas. O objetivo é avaliar de que forma fatores como saneamento básico, infraestrutura de saúde e indicadores educacionais influenciam a dinâmica da pobreza quando analisados conjuntamente com os determinantes macroeconômicos tradicionais. A inclusão dessas variáveis estruturais fundamenta-se na literatura que destaca o papel complementar de serviços sociais essenciais na capacidade de o crescimento econômico gerar reduções sustentáveis da pobreza, sobretudo em contextos marcados por desigualdades regionais e limitações históricas na provisão de serviços públicos. Assim, os seis modelos estimados permitem comparar o peso relativo desses fatores e identificar quais dimensões sociais apresentam maior potencial para amplificar o efeito do crescimento econômico sobre o bem-estar da população.

A Tabela 4 apresenta os resultados consolidados desses modelos, servindo como base para a discussão dos efeitos estimados e de sua relação com as evidências existentes na literatura.

Tabela 4: Modelos econométricos com variáveis estruturais ($\Delta \ln \text{PIB}$, ΔGini e variáveis estruturais)

Variáveis	M1: Privação no Saneamento	M2: Número de Unidades de Saúde	M3: Taxa de Alfabetização	M4: Taxa Bruta de Escolaridade	M5: Privação na Educação	M6: Número de Escolas
Intercepto	-0.2103 * (0.0166)	-0.1598 * (0.0352)	-0.301 ** (0.00222)	-0.101 (0.138)	-0.1598 (0.178)	-0.257 ** (0.006)
$\Delta \ln \text{PIB}$	-0.3299 * (0.0158)	-0.3598 ** (0.0066)	-0.301 * (0.026)	-0.191 (0.109)	-0,371 * (0.012)	-0.328 * (0.019)
ΔGini	-1.4682 * (0.0203)	-1.4936 * (0.0139)	-1.410 * (0.025)	-1.739 ** (0.002)	-1.252 (0.058)	-1.464 * (0.022)
Δ Privação no Saneamento	0.0036 (0.5738)	-	-	-	-	-
Δ Número de Unidades de Saúde	-	-0.0047 * (0.0499)	-	-	-	-
Δ Taxa de Alfabetização	-	-	0.011 (0.373)	-	-	-
Δ Taxa Bruta de Escolaridade	-	-	-	-0.008 *** (0.001)	-	-
Δ Privação na Educação	-	-	-	-	0.009 (0.383)	-

Δ Numero de Escolas	-	-	-	-	-	0.000038 (0.795)
R² / R² Ajustado	0.2532 / 0.1972	0.3170 / 0.2658	0.207 / –	0.404 / –	0.206 / –	0.192 / –
F-statistic (p-valor)	4.522 (0.0080)	6.188 (0.0015)	4.738 (0.0064)	10.70 (<0.001)	4.724 (0.0064)	4.41 (0.0090)
Observações	55	55	55	55	55	55

Fonte: Elaboração própria com base nas informações obtidas no modelo (1996/97, 2002/03, 2008/09, 2014/15 e 2022/23)

Nota: Entre parênteses estão apresentados os erros-padrão robustos das estimativas. * p<0,05; ** p<0,01; - variável não incluída no modelo

Os resultados apresentados na Tabela 4 permitem analisar de forma aprofundada a influência de diferentes variáveis estruturais saneamento, saúde e educação sobre a pobreza nas províncias moçambicanas, controlando pelos efeitos do crescimento econômico ($\Delta \ln \text{PIB}$) e da desigualdade de renda (ΔGini). Essa abordagem possibilita avaliar se dimensões sociais complementares reforçam ou limitam o impacto do crescimento econômico sobre a pobreza, conforme discutido pela literatura internacional sobre crescimento pró-pobre e desenvolvimento multidimensional (Ravallion, 2016; Kakwani & Pernia, 2000).

No Modelo 1, que incorpora a variável de privação no saneamento, os coeficientes das variáveis macroeconômicas mantêm-se consistentes com o esperado: tanto o crescimento econômico ($-0,33$; $p = 0,016$) quanto a desigualdade ($1,47$; $p = 0,020$) permanecem estatisticamente significativos, indicando que variações positivas no PIB reduzem a pobreza, enquanto aumentos na desigualdade a elevam. Esse comportamento é amplamente documentado pela literatura sobre elasticidade renda-pobreza (Santos, 2011; Favero et al., 2014). Entretanto, o coeficiente associado à privação no saneamento é pequeno e estatisticamente não significativo ($0,0036$; $p = 0,574$), sugerindo que, no período analisado, as mudanças na cobertura de saneamento não exerceram impacto imediato sobre a pobreza. Tal resultado pode refletir limitações de infraestrutura, especialmente em províncias rurais e regiões marcadas por desigualdades históricas e efeitos prolongados da guerra civil, onde programas de saneamento avançaram lentamente (GDM, 2001; Oppenheimer & Raposo, 2002). O R^2 ajustado (25,3%) demonstra que cerca de um quarto da variação na pobreza é explicado pelo conjunto de variáveis incluídas no modelo.

Ao analisar o Modelo 2, no qual o número de unidades de saúde substitui o indicador de saneamento, verifica-se uma boa melhoria na capacidade explicativa do modelo ($R^2 = 31,7\%$). Os efeitos do crescimento econômico ($-0,36$; $p = 0,007$) e da desigualdade ($1,49$; $p = 0,014$) permanecem estáveis e significativos, reforçando o padrão observado anteriormente. A variável unidades de saúde apresenta coeficiente negativo e significativo ($-0,0047$; $p = 0,050$), indicando que a expansão da infraestrutura de saúde está associada à redução da pobreza. Esse resultado está em consonância com estudos que destacam o papel crítico do acesso à saúde na melhora das condições de vida, produtividade, capacidade de trabalho e resiliência socioeconômica das famílias (WHO, 2013; IMF, 2003; Hanlon, 1997). No contexto moçambicano, onde o sistema público de saúde tem passado por processos graduais de expansão desde o fim da guerra civil, esse achado destaca que investimentos em saúde

tendem a produzir efeitos diretos sobre o bem-estar das populações vulneráveis (GDM, 2001; Roesch, 1992).

Os resultados indicam que a infraestrutura de saúde exerce um impacto estatisticamente significativo sobre a redução da pobreza nas províncias moçambicanas. Esse efeito pode ser explicado pelo fato de que os serviços de saúde influenciam diretamente indicadores de morbidade, mortalidade, produtividade laboral e capacidade de geração de renda, elementos centrais no processo de redução da pobreza (World Bank, 2020). Assim, políticas voltadas à melhoria da infraestrutura de saúde tendem a apresentar resultados mais visíveis e relativamente rápidos no curto prazo, especialmente em regiões marcadas por fragilidades históricas.

Os modelos seguintes incorporam diferentes indicadores educacionais. A educação é amplamente reconhecida como um dos principais determinantes do desenvolvimento humano e das oportunidades econômicas (Hanushek & Woessmann, 2012; UNESCO, 2015). Ainda assim, a análise revela resultados heterogêneos entre as variáveis educacionais. No Modelo 3, que considera a taxa de alfabetização, observa-se que esta variável não apresentou significância estatística (0,011; $p = 0,373$), quando controlada pelo crescimento econômico e pela desigualdade de renda. Embora o crescimento econômico ($-0,30$; $p = 0,026$) e a desigualdade ($1,41$; $p = 0,025$) permaneçam estatisticamente significativos, a taxa de alfabetização não exerce efeito adicional relevante sobre a pobreza nesse modelo, sugerindo que avanços educacionais básicos, quando não acompanhados de continuidade escolar e qualidade do ensino, tendem a ter impacto limitado sobre a redução das vulnerabilidades socioeconômicas. Esse padrão é consistente com estudos que destacam fragilidades estruturais da educação básica moçambicana, como abandono escolar, carência de professores qualificados e persistentes desigualdades regionais (Roesch, 1992; PARPA I, 2001)

O Modelo 4, que inclui a taxa bruta de escolaridade, apresenta resultados substancialmente diferentes. O coeficiente da variável escolaridade ($-0,008$; $p = 0,0005$) é negativo e altamente significativo, indicando que aumentos na taxa bruta de escolaridade estão associados à redução da pobreza de forma robusta. Esse modelo apresenta o maior R^2 entre os modelos educacionais ($\approx 0,40$), sugerindo que indicadores que capturam continuidade, progressão escolar e permanência no ensino tendem a explicar melhor as variações da pobreza do que medidas educacionais mais elementares. Tal achado está em consonância com a literatura que destaca a relevância da educação para o crescimento inclusivo (UNESCO, 2015; Barros, Henriques & Mendonça, 2001).

No Modelo 5, a variável de privação na educação não apresentou significância estatística ($p = 0,383$), indicando que esse indicador, quando controlado pelo crescimento econômico e pela desigualdade, não se mostrou estatisticamente relevante para explicar as variações da pobreza. De forma semelhante, no Modelo 6, o número de escolas também não apresentou efeito significativo ($0,000038$; $p = 0,795$), sugerindo que a expansão da infraestrutura física escolar, por si só, não está associada à redução da pobreza no período analisado, resultado compatível com estudos que enfatizam a importância da qualidade do ensino e da permanência escolar (PARPA II, 2006–2009). Em síntese, a análise dos modelos apresentados na Tabela 4 indica que o crescimento econômico e a desigualdade permanecem como determinantes centrais da dinâmica da pobreza, em linha com a literatura sobre crescimento pró-pobre (Santos, 2011; Fávero et al., 2014). Entre as variáveis estruturais consideradas, a infraestrutura de saúde e a taxa bruta de escolaridade mostraram-se estatisticamente significativas, enquanto saneamento, alfabetização e número de escolas não apresentaram efeitos relevantes no período analisado. Esses resultados apontam para a importância de políticas públicas que articulem crescimento econômico, redução da desigualdade e investimentos sociais direcionados, capazes de promover melhorias efetivas no bem-estar e no desenvolvimento humano em Moçambique.

5.4. Resultados Econométricos: Modelos Combinados (Educação, Saúde e Saneamento)

Esta subseção apresenta oito modelos que combinam o crescimento econômico ($\Delta \ln \text{PIB}$), a desigualdade de renda (ΔGini) e diferentes variáveis estruturais educação, saúde e saneamento, para avaliar como esses fatores interagem na explicação da pobreza. A literatura destaca que os efeitos do crescimento sobre a redução da pobreza dependem também das

condições sociais básicas (Ravallion, 2001; UNDP, 2019). Os modelos estimados permitem verificar se melhorias educacionais, expansão da infraestrutura de saúde ou avanços no saneamento reforçam ou limitam o impacto do crescimento e da desigualdade.

A Tabela 5 sintetiza os resultados desses oito modelos combinados, que são discutidos na sequência.

Tabela 5: Modelos combinados: educação, saúde e saneamento (PIB + Gini + variáveis estruturais combinadas) Períodos: 1996/97, 2002/03, 2008/09, 2014/15 e 2022/23

Variáveis	M1: Taxa de Alfabetização + Privação no Saneamento	M2: Taxa de Alfabetização + Número de Unidades de Saúde	M3: Taxa Bruta de Escolaridade + Número de Unidades de Saúde	M4: Taxa Bruta de Escolaridade + Privação no Saneamento	M5: Privação na Educação + Privação no Saneamento	M6: Privação na Educação + Número de Unidades de Saúde
Intercepto	-0.2749** (0.1188)	-0.2483** (0.0893)	-0.0982 (0.0700)	-0.0525 (0.0834)	-0.1367 (0.1237)	-0.1035 (0.1145)
Δ lnPIB	-0.3097** (0.1341)	-0.3361** (0.1237)	-0.1974 (0.1267)	-0.2033 (0.1176)	-0.3764** (0.1433)	-0.3947** (0.1376)
Δ Gini	-1.428** (0.6128)	-1.441* (0.5687)	-1.735** (0.5356)	-1.778** (0.5303)	-1.283 (0.6512)	-1.353* (0.6238)
Δ Privação no Saneamento	0.0023 (0.0066)	-	-	0.0053 (0.0055)	0.0030 (0.0064)	-
Δ Número de Unidades de Saúde	-	-0.0060* (0.0024)	-0.0003 (0.0026)	-	-	-0.0045 (0.0024)
Δ Taxa de Alfabetização	0.0099 (0.0127)	0.0201 (0.0121)	-	-	-	-
Δ Taxa Bruta de Escolaridade	-	-	-0.0080** (0.0027)	-0.0084*** (0.0022)	-	-
Δ Privação na Educação	-	-	-	-	0.0083 (0.0102)	0.0063 (0.0098)
Δ Numero de Escolas	-	-	-	-	-	-
R² / R² Ajustado	0.264 / 0.189	0.362 / 0.297	0.445 / 0.389	0.458 / 0.402	0.266 / 0.190	0.324 / 0.255
F-statistic (p-valor)	3.507 (0.015)	5.540 (0.001)	7.830 (0.0001)	8.239 (0.00006)	3.528 (0.015)	4.677 (0.0035)
Observações	55	55	55	55	55	55

Tabela 5 (Continuação).

Variáveis	M7: Número de Escolas + Privação no Saneamento	M8: Número de Escolas + Número de Unidades de Saúde
Intercepto	-0.2217. (0.1111)	-0.1772. (0.0934)
Δ lnPIB	-0.3347* (0.1358)	-0.3694** (0.1309)
Δ Gini	-1.479* (0.6185)	-1.515* (0.5909)
Δ Privação no Saneamento	0.0034 (0.0066)	-
Δ Número de Unidades de Saúde	-	-0.0047. (0.0024)
Δ Taxa de Alfabetização	-	0.0201 (0.0121)
Δ Taxa Bruta de Escolaridade	-	-
Δ Privação na Educação	-	-
Δ Numero de Escolas	0.00002 (0.00015)	0.00004 (0.00014)
R² / R² Ajustado	0.254 / 0.177	0.319 / 0.249
F-statistic (p-valor)	3.315 (0.020)	4.559 (0.0041)
Observações	55	55

Fonte: Elaboração própria com base nas informações obtidas no modelo (1996/97, 2002/03, 2008/09, 2014/15 e 2022/23)

A Tabela 5 apresenta oito especificações alternativas que combinam simultaneamente indicadores educacionais, de saúde e de saneamento, sempre controlando pelo crescimento econômico ($\Delta \ln \text{PIB}$) e pela desigualdade de renda (ΔGini). Os resultados obtidos reforçam um conjunto de resultados amplamente documentados na literatura sobre pobreza e crescimento pró-pobre (Ravallion, 2016; Kakwani & Pernia, 2000). Em todas as especificações, o coeficiente associado ao crescimento econômico apresenta sinal negativo, indicando que a expansão do PIB per capita contribui para reduzir a pobreza nas províncias moçambicanas. Na maior parte dos modelos, esse efeito é estatisticamente significativo, o que confirma a presença de uma elasticidade renda-pobreza negativa, coerente com estudos anteriores que demonstram que o crescimento exerce papel central na redução da pobreza, ainda que seus impactos possam ser heterogêneos no território (Fosu, 2010; Santos, 2011). De forma complementar, a desigualdade de renda revela-se, um determinante importante: a variação no índice de Gini apresenta coeficientes positivos e significativos na maior parte dos modelos, indicando que incrementos na desigualdade tendem a elevar a pobreza. Esse resultado corrobora a literatura sobre a qual que o crescimento converte-se em progresso social quando ocorre em um ambiente institucional que favoreça a equidade distributiva (Kakwani & Son, 2008; Ferreira, 2010).

No que diz respeito às variáveis estruturais, a combinação de indicadores educacionais, de saúde e de saneamento gera padrões distintos de significância. No primeiro modelo, que incorpora simultaneamente a alfabetização e a privação no saneamento, nenhuma dessas variáveis apresenta significância estatística, sugerindo que, controlados o crescimento e a desigualdade, esses indicadores não explicam variações adicionais na pobreza. Isso é coerente com o entendimento de que a alfabetização, embora importante, constitui uma dimensão mais básica e insuficiente para influenciar diretamente a mobilidade socioeconômica no curto prazo, especialmente em contextos onde a qualidade da educação permanece desigual (UNESCO, 2015; Hanushek & Woessmann, 2012). De forma semelhante, o efeito da privação no saneamento não se revela estatisticamente significativo, possivelmente devido à limitações históricas de cobertura desses serviços, sobretudo em áreas rurais, o que reduz sua variabilidade e impacto mensurável no período analisado (GDM, 2001).

O segundo modelo combina a alfabetização com o número de unidades de saúde. Nesse caso, observa-se uma mudança importante: a variável saúde torna-se estatisticamente

significativa, indicando que o aumento da disponibilidade de unidades de saúde contribui com a redução da pobreza. Esse achado sugere que melhorias no acesso a serviços básicos de saúde produzem impactos diretos e relevantes sobre o bem-estar das populações mais vulneráveis, reforçando evidências de que a saúde influencia a capacidade produtiva e a participação econômica das famílias (WHO, 2013; IMF, 2003). A alfabetização, todavia, permanece não significativa, reforçando seu caráter mais estrutural e de longo prazo.

Os terceiro e o quarto modelos revelam evidências consistentes sobre o papel da educação formal. Em ambas as especificações, a taxa bruta de escolaridade apresenta coeficientes negativos e estatisticamente significativos, ainda que de magnitude reduzida, indicando que avanços na progressão escolar estão associados à diminuição da pobreza. Esses resultados sugerem que a educação formal exerce um efeito direto sobre a pobreza, embora seu impacto marginal seja limitado quando comparado a outros determinantes estruturais, reforçando sua importância como mecanismo complementar de mobilidade social. Em contraste, tanto as unidades de saúde (no M3) quanto a privação no saneamento (no M4) não apresentaram significância estatística, sugerindo que, quando o efeito da escolaridade é considerado, parte da variação anteriormente atribuída a esses indicadores pode ser absorvida pelo componente educacional. Esse padrão é coerente com a literatura, que destaca que a continuidade e a qualidade educacional influenciam a renda e a inserção produtiva, ainda que seus efeitos sobre a pobreza não sejam, isoladamente, de grande magnitude (Hanushek & Woessmann, 2012; UNESCO, 2015).

Nos dois casos, as unidades de saúde apresentam significância marginal (M6 e M8), indicando um impacto estatisticamente detectável, porém de menor magnitude quando comparado ao observado nos modelos em que a variável educacional não está presente. Esse resultado sugere que, embora o acesso a serviços de saúde contribua para a redução da pobreza, seu efeito é relativamente limitado frente a outros determinantes estruturais. Por sua vez, os modelos que incorporam o número de escolas (M7 e M8) mostram que essa variável não possui significância estatística, indicando que a expansão quantitativa da infraestrutura escolar, isoladamente, não explica as variações da pobreza no período analisado. Evidências semelhantes são reportadas na literatura, que destaca que os efeitos socioeconômicos da educação dependem fundamentalmente da qualidade do ensino, da permanência escolar e da progressão educacional, e não apenas do aumento do número de estabelecimentos (Hanushek & Woessmann, 2012; UNESCO, 2018).

No conjunto, a análise dos oito modelos combinados revela quatro conclusões principais. Primeiro, o crescimento econômico e a desigualdade permanecem como determinantes estatisticamente significativos da pobreza, mesmo após a inclusão de variáveis estruturais adicionais, indicando que o PIB real per capita e o índice de Gini afetam a pobreza em Moçambique de forma independente do efeito de outras dimensões socioeconômicas, em consonância com a literatura sobre crescimento pró-pobre (Thomas, 2006; Kakwani & Pernia, 2000). Segundo, a infraestrutura de saúde apresenta significância estatística recorrente em diferentes especificações, ainda que com coeficientes de pequena magnitude, sugerindo que seu impacto sobre a pobreza é positivo, porém limitado, quando comparado ao efeito do crescimento econômico e da desigualdade. Terceiro, a educação formal destaca-se como a dimensão estrutural mais relevante, especialmente quando mensurada por indicadores de progressão e permanência escolar, os quais exibem coeficientes negativos e estatisticamente significativos, indicando que avanços educacionais contribuem diretamente para a redução da pobreza. Em contraste, variáveis mais elementares, como alfabetização, privação educacional e número de escolas, não apresentaram significância estatística. Por fim, o saneamento básico não se mostrou estatisticamente significativo em nenhuma das especificações estimadas, o que pode refletir tanto limitações de cobertura quanto o caráter estrutural e de longo prazo de seus efeitos, menos captáveis no horizonte temporal analisado.

5.5 Discussão Geral dos Resultados

A análise empírica deste estudo avaliou os determinantes da pobreza nas províncias moçambicanas ao longo dos cinco períodos intercensitários (1996/97, 2002/03, 2008/09, 2014/15 e 2022/23), com foco no papel do crescimento econômico, da desigualdade de renda e de variáveis estruturais associadas à educação, saúde e saneamento. Os resultados permitem discutir como esses fatores se relacionam com a dinâmica da pobreza no país, à luz da literatura sobre crescimento pró-pobre. As estatísticas descritivas evidenciam níveis elevados e persistentes de pobreza, acompanhados por marcantes desigualdades regionais. A pobreza média observada (46,37%) revela a magnitude dos desafios socioeconômicos enfrentados por Moçambique ao longo do período analisado. Observa-se ainda que diferentes formas de privação tendem a ocorrer simultaneamente nas mesmas províncias, sugerindo a existência de padrões territoriais persistentes de vulnerabilidade social, conforme discutido pela abordagem da pobreza multidimensional. No modelo básico, composto pelas variações do PIB real per capita e do índice de Gini, o crescimento econômico apresentou efeito negativo e

estatisticamente significativo sobre a pobreza, enquanto a desigualdade exibiu efeito positivo e significativo. Esses resultados mantiveram-se robustos após a inclusão das variáveis estruturais nos modelos subsequentes, indicando que tanto o crescimento quanto a desigualdade afetam a pobreza mesmo quando se controlam outros fatores socioeconômicos. Esse padrão é consistente com a literatura sobre crescimento pró-pobre, que enfatiza a importância conjunta da expansão da renda média e da sua distribuição para a redução da pobreza.

A introdução individual das variáveis estruturais revelou heterogeneidade nos seus efeitos. O saneamento básico não apresentou significância estatística nos modelos estimados, sugerindo que as variações observadas nesse indicador não foram suficientes para explicar mudanças na pobreza no horizonte temporal considerado. Em contraste, o número de unidades de saúde apresentou coeficientes negativos e estatisticamente significativos em algumas especificações, indicando que a expansão da cobertura de serviços de saúde está associada à redução da pobreza, possivelmente por seus efeitos sobre a produtividade, a capacidade laboral e a redução de vulnerabilidades. No que se refere aos indicadores educacionais, os resultados variam conforme a métrica utilizada. A taxa de alfabetização não apresentou significância estatística quando incluída nos modelos, o que indica que sua variação, condicionada ao crescimento econômico e à desigualdade de renda, não explicou de forma relevante as mudanças na pobreza. Por outro lado, a taxa bruta de escolaridade apresentou coeficientes negativos e estatisticamente significativos, sugerindo que indicadores associados à progressão e permanência escolar possuem maior capacidade explicativa sobre a dinâmica da pobreza do que medidas educacionais mais básicas. Nos modelos combinados, os sinais e a significância do PIB real per capita e do índice de Gini permaneceram estáveis, reforçando seu papel central na explicação da pobreza em Moçambique. Entre as variáveis sociais, a taxa bruta de escolaridade destacou-se pela consistência estatística, enquanto a infraestrutura de saúde apresentou significância em algumas especificações, com magnitude inferior à observada nos modelos em que aparece isoladamente.

Por sua vez, o número de escolas e o saneamento básico não mostraram efeitos estatisticamente significativos, indicando que a expansão quantitativa da infraestrutura, sem considerar aspectos qualitativos ou distributivos, não se associou diretamente à redução da pobreza no período analisado. Em síntese, a discussão dos resultados evidencia que o crescimento econômico e a desigualdade de renda constituem os determinantes mais

consistentes da pobreza em Moçambique, mesmo após o controle por variáveis estruturais. Além disso, alguns indicadores sociais, especialmente aqueles relacionados à progressão educacional e ao acesso à saúde, mostram capacidade explicativa adicional, sugerindo que essas dimensões estão associadas às variações observadas na pobreza ao longo do período analisado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação investigou o crescimento econômico, desigualdade de renda e pobreza em Moçambique, incorporando variáveis estruturais associadas à educação, saúde e saneamento, com base em dados em painel das onze províncias ao longo de cinco períodos intercensitários. O objetivo central foi compreender em que medida o crescimento econômico observado no país esteve associado à redução da pobreza e quais dimensões sociais se mostraram mais relevantes nesse processo. Os resultados indicam que o crescimento econômico exerceu efeito negativo e estatisticamente significativo sobre a pobreza na maioria das especificações, evidenciando que a expansão do PIB real per capita contribuiu para reduzir a incidência da pobreza nas províncias moçambicanas. Contudo, esse efeito mostrou-se moderado e heterogêneo, sugerindo que o crescimento, por si só, não foi suficiente para promover reduções amplas e uniformes da pobreza em todo o território nacional. A desigualdade de renda destacou-se como um dos determinantes mais consistentes da pobreza. As variações do índice de Gini apresentaram efeito positivo e estatisticamente significativo na maior parte dos modelos, indicando que aumentos na desigualdade tendem a elevar a pobreza, mesmo em contextos de crescimento econômico. Esse resultado sugere que os ganhos do crescimento não foram distribuídos de forma equitativa entre as províncias e grupos populacionais, limitando seu potencial de redução da pobreza. No que se refere às variáveis estruturais, os resultados mostram que seus efeitos não são homogêneos.

A infraestrutura de saúde, medida pelo número de unidades de saúde, apresentou associação negativa com a pobreza em algumas especificações, indicando que a ampliação do acesso a serviços de saúde pode contribuir para a melhoria do bem-estar das famílias. No campo educacional, a taxa bruta de escolaridade destacou-se como o indicador mais consistente, sugerindo que avanços na progressão e permanência escolar estão associados à redução da pobreza. Em contraste, variáveis como saneamento básico, taxa de alfabetização e número de escolas não apresentaram efeitos estatisticamente significativos no período analisado, o que pode refletir limitações de cobertura, problemas de qualidade ou impactos que se manifestam apenas no longo prazo. Apesar das contribuições, este estudo apresenta algumas limitações. Primeiramente, a análise baseia-se em períodos intercensitários relativamente espaçados, o que pode restringir a captura de efeitos dinâmicos de curto prazo. Em segundo lugar, a ausência de variáveis de interação limita a avaliação direta de como crescimento, desigualdade e fatores estruturais atuam de forma conjunta sobre a pobreza.

Além disso, indicadores agregados em nível provincial podem mascarar heterogeneidades intraprovinciais relevantes, especialmente em um país marcado por fortes disparidades regionais e socioeconômicas.

Diante dessas limitações, pesquisas futuras podem avançar em diferentes direções. Recomenda-se a incorporação de termos de interação entre crescimento econômico, desigualdade e variáveis sociais, permitindo avaliar com maior precisão em que condições o crescimento se torna mais ou menos favorável aos pobres. Ademais, seria desejável que o Instituto Nacional de Estatística (INE) de Moçambique ampliasse a disponibilização de relatórios e dados desagregados, tanto no nível provincial quanto municipal, incluindo informações sobre educação, saúde, saneamento e outras dimensões sociais. A publicação de séries temporais mais detalhadas e frequentes possibilitaria análises mais robustas e atualizadas, contribuindo para um entendimento mais preciso da dinâmica da pobreza e subsidiando a formulação de políticas públicas mais eficazes. Por fim, análises que considerem aspectos qualitativos da educação, da saúde e do saneamento podem oferecer evidências adicionais sobre os mecanismos por meio dos quais essas dimensões influenciam o bem-estar da população. Em síntese, os resultados desta dissertação indicam que a redução da pobreza em Moçambique está fortemente associada ao desempenho econômico e à distribuição de renda, mas também depende de avanços estruturais, especialmente no campo educacional e da saúde. Esses achados reforçam a importância de estratégias de desenvolvimento que combinem crescimento econômico, atenção às desigualdades e fortalecimento do capital humano, como caminho para promover melhorias sustentáveis nas condições de vida da população moçambicana.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHAMSSON, H.; NILSSON, A. *Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Maputo: Padrign & CEEI-ISRI, 1994.

ADB. *Fighting Poverty in Asia and the Pacific: The Poverty Reduction Strategy*. Asian Development Bank, 1999.

ADELMAN, I.; MORRIS, C. *Economic growth and social equity in developing countries*. Stanford: Stanford University Press; 1973.

AGHION, P.; CAROLI, E.; GARCIA-PENÑALOSA, C. Inequality and economic growth: the perspective of the new growth theories. *Journal of Economic Literature*, v. 37, p. 1615-1660, 1999.

AHLUWALIA, M. S. Inequality, poverty and development. *Journal of Development Economics*, New Haven, v. 3, n. 4, p. 307-342, Dec. 1976.

ALESINA, A.; PEROTTI, R. Distribuição de renda, instabilidade política e investimento. *European Economic Review*, v. 40, p. 1203-1228, 1996.

ALESINA, A.; RODRIK, D. Políticas distributivas e crescimento econômico. *Quarterly Journal of Economics*, v. 109, p. 465-490, 1994.

ALKIRE, S.; FOSTER, J. Counting and Multidimensional Poverty Measurement. *Journal of Public Economics*, v. 95, n. 7-8, p. 476-487, 2011.

ARELLANO, M.; BOND, S. Alguns testes de especificação para dados em painel: evidência de Monte Carlo e uma aplicação a equações de emprego. *The Review of Economic Studies*, v. 58, n. 2, p. 277-297, 1991.

ARELLANO, M.; BOND, S. Some tests of specification for panel data: Monte Carlo evidence and an application to employment equations. *Review of Economic Studies*, v. 58, p. 277-297, 1991.

ARNDT, C. et al. Agricultural growth and investment options for poverty reduction in Mozambique. *Food Policy*, v. 37, n. 2, p. 167-177, 2012.

ARNDT, C., ET AL. (2012). "Economic Growth and Poverty Reduction in Mozambique: Patterns and Challenges." *Journal of African Economies*, 21(3), 399-427.

ARNDT, C., ET AL. (2018). "Mozambique's Growth Challenge: Sectoral Diversification and Employment." *Development Policy Review*, 36(S1), O128-O147.

ARNTD, C.; JONES, S.; TARP, F. Mozambique: Off-track or temporarily sidelined? *UNU-WIDER Working Paper*, n. 2012/011, 2012.

ATKINSON, A. B. *Measuring Poverty around the World*. Princeton University Press, 2019.

BANCO MUNDIAL (2023). "Mozambique Economic Update." Washington, DC: World Bank.

BANCO MUNDIAL. *Moçambique: Visão Geral*. Washington, DC: Banco Mundial, 2016. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/mozambique/overview>. Acesso em: Abril de 2025.

BANCO MUNDIAL. *Relatório de Desenvolvimento Mundial 1990*. Washington, DC, 1990.

BANCO MUNDIAL. *World Development Indicators*. Washington, DC: World Bank, 2020.

BANERJEE, A.; DUFLO, E. Inequality and growth: what can the data say? *Journal of Economic Growth*, v. 8, p. 267-299, 2003.

BARRO, R. Inequality and growth in a panel of countries. *Journal of Economic Growth*, v. 5, p. 5-32, 2000.

BIRDSALL, N.; LONDOÑO, J. L. Asset inequality matters: an assessment of the World Bank's approach to poverty reduction. *American Economic Review Papers and Proceedings*, v. 87, n. 2, p. 32-37, 1997..

BOURGUIGNON, F. Pareto-superiority of unegalitarian equilibria in Stiglitz' model of wealth distribution with convex savings function. *Econometrica*, v. 49, p. 1469-1475, 1981.

BOURGUIGNON, F. The poverty-growth-inequality triangle. *Indian Council for Research on International Economic Relations*, Working Paper n. 125, 2004.

BOURGUIGNON, F. *The Poverty-growth-inequality triangle*. New Delhi: Indian Council for Research on International Economic Relations, 2004. (Working Papers, no. 125).

BOURGUIGNON, François. The growth elasticity of poverty reduction: explaining heterogeneity across countries and time periods. In: EICHER, T. S.; TURNOVSKY, S. J. (Org.). *Inequality and growth: theory and policy implications*. Cambridge: MIT Press, 2003.

BRITO, L. *Le Frelimo et la construction de l'État national au Mozambique*. Paris: Université de Paris VIII, 1991.

BRUNO, M.; RAVALLION, M.; SQUIRE, L. Equity and growth in developing countries: old and new perspectives on the policy issues. In: VITO, T.; BRUNO, M. (org.). *Annual World Bank Conference on Development Economics 1995*. Washington, DC: World Bank, 1998. p. 117–146.

BRUNO, Michael; RAVALLION, Martin; SQUIRE, Lyn. Equity and growth in developing countries: old and new perspectives on the policy issues. In: VITO, Tanzi; BRUNO, Michael (Org.). *Income distribution and high-quality growth*. Cambridge: MIT Press, 1998.

CAMPOS, Ana Cristina. *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Agência Brasil, Brasília, 25 set. 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 19 nov. 2024.

CASTEL-BRANCO, C. N. *Desafios para a transformação estrutural da economia moçambicana*. Maputo: IESE, 2010.

CASTEL-BRANCO, C. N. *Moçambique, perspectivas económicas*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane e Fundação Friedrich Ebert, 1994.

CASTIGO, F.; SALVUCCI, V. Estimativas e perfil da pobreza em Moçambique: *uma análise baseada no Inquérito sobre Orçamento Familiar - IOF 2014/15*. 2017.

CEPAL (2020). "Informe sobre Desarrollo Regional en América Latina." Santiago, Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe.

CHENERY, H.; AHLUWALIA, M. S.; BELL, C. L. G.; DULOY, J. H.; JOLLY, R. *Redistribution with growth*. Oxford: Oxford University Press, 1974.

COELHO, L. Estado, comunidades e calamidades naturais no Moçambique rural: *Moçambique e a reinvenção da emancipação social*. Maputo, 2004.

COMITÊ DE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS. *Pobreza e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais: Declaração adotada pelo Comitê em 4 de maio de 2001*. Nações Unidas, 2001. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/452397?ln=pt>. Acesso em: 8 jan. 2025.

DATT, Gaurav; RAVALLION, Martin. Growth and redistribution components of changes in poverty measures: a decomposition with applications to Brazil and India in the 1980s. *Journal of Development Economics*, v. 38, n. 2, p. 275–295, 1992.

DE JANVRY, A.; SADOULET, E. Pobreza, desigualdade e crescimento em países em desenvolvimento. Oxford: Oxford University Press, 1999.

DECLARAÇÃO DE COPENHAGA SOBRE O DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Copenhaga, 6-12 de março de 1995.

DENINGER, K.; SQUIRE, L. A new data set measuring income inequality. *The World Bank Economic Review*, v. 10, p. 565-591, 1996.

DION-LEOYE, S. *Poverty and exclusion in world*. London: MacMillan, 1997.

DOLLAR, D.; KRAAY, A. Growth is good for the poor. *Journal of Economic Growth*, v. 7, p. 195-225, 2002.

DOLLAR, D.; KRAAY, A. O crescimento é bom para os pobres. *World Bank Policy Research Paper*, n. 2587, 2001.

EASTERLY, W.; REBELO, S. Fiscal policy and economic growth: an empirical investigation. *Journal of Monetary Economics*, v. 32, n. 3, p. 417-458, 1993.

FAO. *Mozambique: Country Profile*. Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2019.

FAVERO, Marcela Helena Falcão; AMARAL, Ernesto Friedrich de Lima; CARVALHO, José Alberto Magno de. Pobreza e crescimento pró-pobre nos estados brasileiros: uma análise

dos determinantes da pobreza no Brasil no período recente. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 89–116, jan./jun. 2014.

FERREIRA, F. H. G. et al. A global count of the extreme poor in 2012: data issues, methodology and initial results. *Journal of Economic Inequality*, v. 14, n. 2, p. 141–172, 2016.

FERREIRA, F. H. G.; RAVALLION, M. Global poverty and inequality: a review of the evidence. *World Bank Policy Research Working Paper*, n. 4623, 2009.

FERREIRA, F. H., LEITE, P. G., & RAVALLION, M. (2010). Poverty reduction without economic growth? Explaining Brazil's poverty dynamics, 1985–2004. *Journal of Development Economics*, 94(1), 33-49.

FMI (2019). "Mozambique: Selected Issues." IMF Country Report No. 19/123.

FORBES, K. A reassessment of the relationship between inequality and growth. *American Economic Review*, v. 90, p. 869-897, 2000.

FORTES, I. *O perfil da pobreza em Moçambique*. Maputo: Unidade de Alívio à Pobreza (UAP)/Ministério do Plano e Finanças, 1995.

FOSTER, J. E.; SZÉKELY, M. Is economic growth good for the poor? Tracking low incomes using general means. In: THE ASIA AND PACIFIC FORUM ON POVERTY, 2001, Manila. *Electronic proceedings...* Manila: Asian Development Bank, 2001. Disponível em: http://www.adb.org/Poverty/Forum/frame_foster.htm. Acesso em: 14 dez. 2024

FOSTER, James; SZÉKELY, Miguel. Is economic growth good for the poor? Tracking low incomes using general means. Washington, DC: Inter-American Development Bank, 2001. (Working Paper R-427).

GALOR, O.; ZEIRA, J. Income distribution and macroeconomics. *Review of Economic Studies*, v. 60, n. 1, p. 35-52, 1993.

GENTILI, Ana M^a. *O leão e o caçador: uma história subsaariana*. Maputo: AHM, 1989.

GIROD, R. *Les inégalités sociales*. Paris: PUF, 1984.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE (GdM). *Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009 (PARPA II)*. Maputo: s.n., 2006.

GRADÍN, C. Desigualdade económica em Moçambique: Tendências e impulsionadores. *Documentos de Trabalho do Banco Mundial*, 2021.

GREEN, R. H. A dimensão social do ajustamento: a pobreza em Moçambique: *estudo sobre o impacto social do PRE sobre os grupos populacionais mais desfavorecidos*. Maputo: DNP, 1989.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. *Econometria básica*. 5. ed. Rio de Janeiro: AMGH, 2011.

HANDA, S.; SIMLER, K.; HARROWER, S. *Human Capital, Household Welfare and Children's Schooling in Mozambique*. Washington, DC: IFPRI, 2005.

HANLON, J. *Mozambique: who calls the shots?* London: James Currey, 1991.

HANLON, J. *Paz sem benefício: como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique*. Maputo: CEA, 1997.

HANLON, J.; SMART, T. *Do Bicycles Equal Development in Mozambique?* Woodbridge: James Currey; Cape Town: Double Storey Books, 2008.

HSIAO, Cheng. *Analysis of panel data*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

INE – Instituto Nacional de Estatística (Moçambique). *Estatísticas de pobreza e bem-estar em Moçambique: terceira avaliação nacional*. Maputo, 2004.

INE – Instituto Nacional de Estatística (Moçambique). *Indicadores demográficos e sociais: censo 2017*. Maputo, 2019.

INE – Instituto Nacional de Estatística (Moçambique). *Inquérito ao Orçamento Familiar*. 2019.

INE – Instituto Nacional de Estatística. *Pobreza e bem-estar em Moçambique – Terceira avaliação nacional*. Maputo: INE, 2010.

INE – Instituto Nacional de Estatística. *Relatório do Inquérito ao Orçamento Familiar 2019/2020*. Maputo: INE, 2021.

INE (2022). "Relatório Anual de Estatísticas Sociais e Económicas." Instituto Nacional de Estatística, Maputo.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). (2019). *Mozambique: Selected Issues and Statistical Appendix*. IMF Country Report No. 19/88.

JONES, S.; TARP, F. Jobs and welfare in Mozambique: Country case study for the 2013 World Development Report. *WIDER Working Paper*, n. 2012/046, 2013.

JUANIHA, Amilcar Zé. *Combate à pobreza em Moçambique (1975-2012): uma reflexão sobre a evolução das estratégias políticas adotadas*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Administração Pública) — Instituto Superior de Relações Internacionais, Maputo, 2015.

KACEM, R. B. H. Monetary versus non-monetary pro-poor growth: evidence from rural Ethiopia between 2004 and 2009. *Economics: Open-Access, Open-Assessment E-Journal*, v. 7, p. 1–22, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5018/economics-ejournal.ja.2013-26>. Acesso em: 12/01/2025

KAKWANI, N.; KHANDKER, S.; SON, H. H. Pro-poor growth: concepts and measurement. 2004.

KAKWANI, N.; PERNIA, E. What is pro-poor growth? *Asian Development Review*, v. 18, n. 1, p. 1–16, 2000.

KAKWANI, N.; PERNIA, E. M O que é crescimento pró-pobre? *Asian Development Review*, v. 18, n. 1, p. 1–16, 2000.

KAKWANI, Nanak; PERNIA, Ernesto M. What is Pro-poor Growth?. *Asian Development Review*, v. 18, n. 1, p. 1-16, 2000.

KRAAY, A. When is growth pro-poor? Evidence from a panel of countries. *Journal of Development Economics*, New Haven, v.80, n. 1, p. 198-227, 2006.

LI, H.; ZOU, H. Income inequality is not harmful for growth: theory and evidence. *Review of Development Economics*, v. 2, n. 3, p. 318-334, 1998.

Lopez, H. (2004). Pro-poor growth: a review of what we know (and of what we don't). *The World Bank*.

LOPEZ, H. Pro-growth, pro-poor: is there a tradeoff? *World Bank Policy Research Working Paper*, n. 3378, 2004.

LOPEZ, H. Pro-poor, pro-growth: is there a trade-off? Washington, DC: *The World Bank*, 2004. (Policy Research Working Paper, n. 3378).

LOPEZ, H.; SERVEN, L. *The mechanics of growth-poverty-inequality relationship*. Mimeo. Washington, DC: The World Bank, 2004.

MACROTRENDS. *Mozambique GDP per Capita 1960-2023*. Disponível em: <https://www.macrotrends.net>. Acesso em: 12 jan. 2025.

MANUEL, A., & MANDLATE, I. (2017). Economic growth and poverty reduction in Mozambique: An empirical analysis using panel data. *Journal of African Development*, 19(2), 45-60.

MAQUENZI, J. *Pobreza e Crescimento Econômico em Moçambique: Uma Abordagem Regionalizada*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2021.

MAQUENZI, Jerry. Pobreza e desigualdades em Moçambique: um estudo de caso em seis distritos. *Observador Rural*, n. 113, Maio de 2021. Observatório do Meio Rural. Disponível em: <http://www.omrmz.org>. Acesso em: 20 jan. 2025

MARIN, S. R. et al., 2012. A Concepção da Pobreza como Privação de Capacitações e as Políticas Públicas: *uma Proposta de Medida Multidimensional para o Município de Silveira Martins - RS*, Salvador: ANPAD.

MARIN, SR et al. *A concepção da pobreza como privação de capacitações e as políticas públicas*. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO (ANPAD), 2012, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: ANPAD, 2012.

MAZIVE, Edson. Crescimento pró-pobre em Moçambique: Evidências a nível dos sectores de actividade económica. 2016. Centro de Estudos de Economia e Gestão (CEEG). Maputo.

MEF, 2016. Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: *Quarta Avaliação Nacional*, Maputo: Ministério da Economia e Finanças

MENDES, M^a C. *Maputo antes da independência: geografia de uma cidade colonial*. Lisboa, 1985.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS (2016). "Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA)." Maputo, Moçambique.

MIRPLEES, J. An exploration in the theory of optimum income taxation. *Review of Economic Studies*, v. 38, p. 175-208, 1971.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Economia e Finanças. Direcção de Estudos Económicos e Financeiros. *Pobreza e bem-estar em Moçambique: quarta avaliação nacional: Inquérito ao Orçamento Familiar – IOF 2014/15*. Maputo: Ministério da Economia e Finanças, 2016.

MPF. *Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*. Maputo: GdM/PNUD, 2002.

NEGRÃO, J. Para que o PARPA resulte: *reflexão epistemológica sobre um processo candente*. Maputo, 2002.

NEWITT, M. *História de Moçambique*. Lisboa: Europam, 1997.

NUSSBAUM, M. *Women and Human Development: The Capabilities Approach*. Cambridge University Press, 2000.

OPPENHEIMER, J. Vencimentos públicos em África no contexto do ajustamento estrutural. *Documento de trabalho*, n. 28, CEsa-ISEG, Lisboa, 1993.

PEROTTI, R. Growth, income distribution and democracy. *Journal of Economic Growth*, v. 1, p. 149-187, 1996.

PINTO, Carlos Eduardo Siqueira; OLIVEIRA, Francisco de Assis de. Crescimento pró-pobre no Brasil: *uma análise das elasticidades da pobreza*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2010. (Texto para Discussão, n. 1524).

PINTO, J. M. R.; OLIVEIRA, C. A. M. Crescimento pró-pobre no Brasil: uma avaliação empírica. *Revista Brasileira de Economia*, v. 64, n. 2, p. 151–176, abr./jun. 2010.

PNUD (2021). "Relatório de Desenvolvimento Humano na África Subsaariana." Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PNUD. A pobreza na perspectiva do desenvolvimento humano: *conceito e medida*. Relatório de Desenvolvimento Humano. Trinova, Lisboa, 1997.

RÁDIO MOÇAMBIQUE. (1997). *Impacto da guerra civil em Moçambique*. Maputo: Rádio Moçambique.

RAHMAN, A.; JOLLY, R. *Measuring Human Development and Human Rights in Africa*. Palgrave Macmillan, 2012.

RAVALLION, M. (2004). "Pro-poor Growth: A Primer." World Bank Policy Research Working Paper No. 3242.

RAVALLION, M. Growth and poverty: making sense of the current debate. Mimeo, Washington, DC: *The World Bank*, 2000.

RAVALLION, M. *Issues in Measuring and Modeling Poverty*. *Economic Journal*, v. 106, n. 438, p. 1328–1343, 1996.

RAVALLION, M. *Poverty Comparisons: A Guide to Concepts and Methods*. Washington, DC: World Bank, 1994.

RAVALLION, M. Pro-poor growth: a primer. *World Bank Policy Research Working Paper*, n. 3242, 2004.

RAVALLION, M.; CHEN, S. Measuring pro-poor growth. *Economics Letters*, v. 78, n. 1, p. 93–99, 2003.

RAVALLION, M.; CHEN, S. What can new survey data tell us about recent changes in poverty and distribution? *World Bank Economic Review*, Washington, DC, v. 11, n. 2, p. 357-382, May 1997.

ROESCH, O. *Camponeses, Estado e Mercado: As Lógicas da Ação Camponesa no Sul de Moçambique*. Porto: Afrontamento, 1992.

ROMEÚ, Dorteia et al. Crescimento econômico e a pressão sobre os recursos em Moçambique (2015-2023). Lichinga: *Universidade Católica de Moçambique*, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.22533/at.ed.803122404112>. Acesso em: 24 de Fevereiro 2025.

SANTOS, João Ricardo dos. *Crescimento econômico pró-pobre no Brasil: uma análise para os períodos 1995–2002 e 2003–2010*. 2011. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SANTOS, M. A. Elasticidade da pobreza ao crescimento econômico: uma aplicação ao Brasil. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, v. 13, n. 22, p. 103–126, 2011.

SEN, A. *Development as Freedom*. Oxford University Press, 1999.

SIMLER, K., BILAL, S., & COSTA, J. Poverty and inequality in Mozambique: Recent trends and challenges. *Journal of Development Studies*, 51(8), 1057-1071. 2015

SOARES, S., ET AL. (2010). "Conditional Cash Transfers and Poverty Reduction in Brazil." *Journal of Development Studies*, 46(1), 69-89.

STATISTA. *Gross domestic product (GDP) per capita in Mozambique 2023*. Disponível em: <https://www.statista.com>. Acesso em: 12 jan. 2025.

SUMARTO, S., BLATTMAN, C., & CROKE, K. Conditional cash transfers and investment in human capital: Evidence from Mozambique. *Development Policy Review*, 34(4), 433-449. 2016

THORBECKE, E. The Evolution of the Development Doctrine and the Role of Foreign Aid, 1950–2000. In: *Foreign Aid and Development*. Routledge, 2005.

TIMMER, C. P. How well do the poor connect to the growth process? CAER II Discussion Paper: HIID, Harvard, n. 178, p. 1-35, 1997. Paper: HIID, Harvard, n. 178, p. 1-35, 1997.

TOCHETTO, Daniela Goya; RIBEIRO, Eduardo Pontual; COMIM, Flavio Vasconcelos; PORTO JUNIOR, Sabino da Silva. *Crescimento pró-pobre no Brasil – uma análise exploratória*. In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 16., 2004, Porto Alegre. Livro de Resumos. Porto Alegre: UFRGS, 2004. JEL: O15; O18; O47.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL (2022). "Corruption Perceptions Index."

UNDP – United Nations Development Programme. *Human Development Report 2020: The Next Frontier – Human Development and the Anthropocene*. New York: UNDP, 2020.

UNDP. *Human Development Report 1997*, New York: Oxford University Press, 1997

UNDP. *Human Development Report 2020: The Next Frontier*. United Nations Development Programme, 2020.

UNESCO (2021). "Relatório Mundial sobre Educação."

UNITED NATIONS. *Declaration and Programme of Action: World Summit for Social Development*. Copenhagen, 6–12 March 1995. New York: United Nations, 1995.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. *Econometric analysis of cross section and panel data*. 2. ed. Cambridge, MA: MIT Press, 2010.

WORLD BANK (2022). "Inclusive Growth in Sub-Saharan Africa: Lessons from Rwanda and Ethiopia."

WORLD BANK. *Mozambique Economic Update: Enhancing Growth and Reducing Poverty*. Washington, DC: World Bank. 2019

WORLD BANK. *Mozambique Poverty Assessment*. Washington, DC: World Bank. 2018

WORLD BANK. *World Development Report 2001: Attacking Poverty*. World Bank Publications, 2001.

BANCO MUNDIAL. *World Development Indicators – Mozambique*. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2023. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/mozambique>. Acesso em: 27 out. 2025.

FMI. *Mozambique: Staff Country Report*. Washington, D.C.: Fundo Monetário Internacional, 2022. Disponível em: <https://www.imf.org>. Acesso em: 27 out. 2025.

INE. *Relatórios dos Inquéritos ao Orçamento Familiar (IOF)*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2021.

INE. *Relatório do Inquérito ao Orçamento Familiar 2022/2023*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2023.

UNCTAD. *World Investment Report 2022: International tax reforms and sustainable investment*. Genebra: United Nations Conference on Trade and Development, 2022. Disponível em: <https://unctad.org>. Acesso em: 27 out. 2025.

UNDP. *Human Development Report 2020: The Next Frontier – Human Development and the Anthropocene*. Nova Iorque: United Nations Development Programme, 2020.

APÊNDICES

1. Análise do Modelo: Elasticidade da Pobreza em relação ao PIB +GINI

```
Call:
lm(formula = delta_ln_Pobreza ~ delta_ln_PIB + delta_Gini, data = dados)

Residuals:
    Min       1Q   Median       3Q      Max
-1.10971 -0.21874  0.01264  0.26059  0.66393

Coefficients:
            Estimate Std. Error t value Pr(>|t|)
(Intercept)  -0.24116   0.06355  -3.795 0.000479 ***
delta_ln_PIB -0.31996   0.12860  -2.488 0.016999 *
delta_Gini   -1.44544   0.60115  -2.404 0.020798 *
---
Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 0.4158 on 41 degrees of freedom
Multiple R-squared:  0.2472,    Adjusted R-squared:  0.2105
F-statistic: 6.733 on 2 and 41 DF,  p-value: 0.002962
```

2. Análise dos Modelos indicadores de saúde (privação saneamento e unidades de saúde)

Modelo 1 – PIB, Gini e privação no saneamento

```
Call:
lm(formula = delta_ln_Pobreza ~ delta_ln_PIB + delta_Gini + delta_Priv_Saneamento,
    data = dados)

Residuals:
    Min       1Q   Median       3Q      Max
-1.1188 -0.2068  0.0560  0.2435  0.6503

Coefficients:
            Estimate Std. Error t value Pr(>|t|)
(Intercept)  -0.210278   0.084092  -2.501 0.0166 *
delta_ln_PIB -0.329858   0.130843  -2.521 0.0158 *
delta_Gini   -1.468157   0.607506  -2.417 0.0203 *
delta_Priv_Saneamento  0.003613   0.006371   0.567 0.5738
---
Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 0.4192 on 40 degrees of freedom
(11 observations deleted due to missingness)
Multiple R-squared:  0.2532,    Adjusted R-squared:  0.1972
F-statistic: 4.522 on 3 and 40 DF,  p-value: 0.008021
```

Modelo 2 – PIB, Gini e unidades de saúde

```
Call:
lm(formula = delta_ln_Pobreza ~ delta_ln_PIB + delta_Gini + delta_Unid_Saude,
    data = dados)

Residuals:
    Min       1Q   Median       3Q      Max
-1.08767 -0.24376  0.06153  0.30181  0.81393

Coefficients:
            Estimate Std. Error t value Pr(>|t|)
(Intercept)  -0.159842   0.073307  -2.180 0.03517 *
delta_ln_PIB -0.359817   0.125572  -2.865 0.00661 **
delta_Gini   -1.493644   0.580216  -2.574 0.01385 *
delta_Unid_Saude -0.004737   0.002343  -2.021 0.04997 *
---
Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 0.4009 on 40 degrees of freedom
(11 observations deleted due to missingness)
Multiple R-squared:  0.317,    Adjusted R-squared:  0.2658
F-statistic: 6.188 on 3 and 40 DF,  p-value: 0.001481
```

3. Análise dos Modelos com Indicadores Educacionais

Modelo 1 – PIB, Gini e taxa de alfabetização

```
Call:
lm(formula = delta_ln_Pobreza ~ delta_ln_PIB + delta_Gini + delta_Alfabetizacao,
    data = dados)

Residuals:
    Min       1Q   Median       3Q      Max
-1.05389 -0.26062  0.04715  0.24012  0.70961

Coefficients:
            Estimate Std. Error t value Pr(>|t|)
(Intercept)   -0.30102    0.09208   -3.269  0.00222 **
delta_ln_PIB  -0.30138    0.13054   -2.309  0.02620 *
delta_Gini     -1.40961    0.60386   -2.334  0.02468 *
delta_Alfabetizacao 0.01098    0.01220    0.900  0.37339
---
Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 0.4167 on 40 degrees of freedom
(11 observations deleted due to missingness)
Multiple R-squared:  0.2622,    Adjusted R-squared:  0.2068
F-statistic: 4.738 on 3 and 40 DF,  p-value: 0.006396
```

Modelo 2 – PIB, Gini e privação na educação

```
Call:
lm(formula = delta_ln_Pobreza ~ delta_ln_PIB + delta_Gini + delta_Priv_Educ,
    data = dados)

Residuals:
    Min       1Q   Median       3Q      Max
-1.09672 -0.21970  0.00121  0.29921  0.65441

Coefficients:
            Estimate Std. Error t value Pr(>|t|)
(Intercept)  -0.157197    0.114519   -1.373  0.1775
delta_ln_PIB -0.371382    0.141503   -2.625  0.0122 *
delta_Gini    -1.251832    0.641468   -1.952  0.0580 .
delta_Priv_Educ 0.008869    0.010051    0.882  0.3828
---
Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 0.4169 on 40 degrees of freedom
(11 observations deleted due to missingness)
Multiple R-squared:  0.2616,    Adjusted R-squared:  0.2062
F-statistic: 4.724 on 3 and 40 DF,  p-value: 0.006491
```

Modelo 3 – PIB, Gini e taxa bruta de escolaridade

```
Call:
lm(formula = delta_ln_Pobreza ~ delta_ln_PIB + delta_Gini + delta_Escolaridade,
    data = dados)

Residuals:
    Min       1Q   Median       3Q      Max
-0.82674 -0.26902  0.00968  0.28021  0.66484

Coefficients:
            Estimate Std. Error t value Pr(>|t|)
(Intercept)  -0.100704    0.066586   -1.512  0.138299
delta_ln_PIB -0.191365    0.116847   -1.638  0.109319
delta_Gini    -1.738662    0.528257   -3.291  0.002089 **
delta_Escolaridade -0.008222    0.002177   -3.777  0.000517 ***
---
Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 0.3614 on 40 degrees of freedom
(11 observations deleted due to missingness)
Multiple R-squared:  0.4451,    Adjusted R-squared:  0.4035
F-statistic: 10.7 on 3 and 40 DF,  p-value: 2.699e-05
```

Modelo 4 – PIB, Gini e número de escolas

```
Call:
lm(formula = delta_ln_Pobreza ~ delta_ln_PIB + delta_Gini + delta_Num_Escolas,
    data = dados)

Residuals:
    Min       1Q   Median       3Q      Max
-1.09138 -0.20904  0.02089  0.26689  0.65695

Coefficients:
              Estimate Std. Error t value Pr(>|t|)
(Intercept)  -2.568e-01  8.769e-02  -2.928  0.0056 **
delta_ln_PIB  -3.284e-01  1.340e-01  -2.450  0.0187 *
delta_Gini    -1.464e+00  6.122e-01  -2.391  0.0216 *
delta_Num_Escolas  3.827e-05  1.460e-04   0.262  0.7946
---
Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 0.4206 on 40 degrees of freedom
(11 observations deleted due to missingness)
Multiple R-squared:  0.2485,    Adjusted R-squared:  0.1922
F-statistic: 4.41 on 3 and 40 DF,  p-value: 0.009025
```

4. Análise do modelo combinado: indicadores educacionais e de saúde

Modelo 1: Taxa de alfabetização e privação no saneamento

```
Call:
lm(formula = delta_ln_Pobreza ~ delta_ln_PIB + delta_Gini + delta_Alfabetizacao +
    delta_Priv_Saneamento, data = dados)

Residuals:
    Min       1Q   Median       3Q      Max
-1.06545 -0.25290  0.04044  0.24149  0.68179

Coefficients:
              Estimate Std. Error t value Pr(>|t|)
(Intercept)  -0.274921  0.118806  -2.314  0.0260 *
delta_ln_PIB  -0.309685  0.134060  -2.310  0.0263 *
delta_Gini    -1.427977  0.612773  -2.330  0.0251 *
delta_Alfabetizacao  0.009860  0.012736   0.774  0.4435
delta_Priv_Saneamento  0.002338  0.006611   0.354  0.7255
---
Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 0.4214 on 39 degrees of freedom
(11 observations deleted due to missingness)
Multiple R-squared:  0.2645,    Adjusted R-squared:  0.1891
F-statistic: 3.507 on 4 and 39 DF,  p-value: 0.01539
```

Modelo 2: Taxa de alfabetização e unidades de saúde

```
Call:
lm(formula = delta_ln_Pobreza ~ delta_ln_PIB + delta_Gini + delta_Alfabetizacao +
    delta_Unid_Saude, data = dados)

Residuals:
    Min       1Q   Median       3Q      Max
-0.97990 -0.25472  0.04508  0.27000  0.78038

Coefficients:
              Estimate Std. Error t value Pr(>|t|)
(Intercept)  -0.248328  0.089269  -2.782  0.00829 **
delta_ln_PIB  -0.336129  0.123698  -2.717  0.00976 **
delta_Gini    -1.440574  0.568660  -2.533  0.01543 *
delta_Alfabetizacao  0.020083  0.012060   1.665  0.10386
delta_Unid_Saude  -0.005960  0.002408  -2.475  0.01777 *
---
Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 0.3923 on 39 degrees of freedom
(11 observations deleted due to missingness)
Multiple R-squared:  0.3623,    Adjusted R-squared:  0.2969
F-statistic: 5.54 on 4 and 39 DF,  p-value: 0.001247
```

Modelo 3: Taxa bruta de escolaridade e unidades de saúde

```
Call:
lm(formula = delta_ln_Pobreza ~ delta_ln_PIB + delta_Gini + delta_Escolaridade +
    delta_Unid_Saude, data = dados)

Residuals:
    Min       1Q   Median       3Q      Max
-0.83204 -0.26440  0.00609  0.28211  0.68216

Coefficients:
            Estimate Std. Error t value Pr(>|t|)
(Intercept)  -0.0982094  0.0699742  -1.404  0.16838
delta_ln_PIB  -0.1974040  0.1267047  -1.558  0.12732
delta_Gini    -1.7350191  0.5355641  -3.240  0.00245 **
delta_Escolaridade -0.0080213  0.0026695  -3.005  0.00463 **
delta_Unid_Saude -0.0003449  0.0025905  -0.133  0.89477
---
Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 0.3659 on 39 degrees of freedom
(11 observations deleted due to missingness)
Multiple R-squared:  0.4454,    Adjusted R-squared:  0.3885
F-statistic: 7.83 on 4 and 39 DF,  p-value: 9.858e-05
```

Modelo 4: Taxa bruta de escolaridade e privação no saneamento

```
Call:
lm(formula = delta_ln_Pobreza ~ delta_ln_PIB + delta_Gini + delta_Escolaridade +
    delta_Priv_Saneamento, data = dados)

Residuals:
    Min       1Q   Median       3Q      Max
-0.83423 -0.26290  0.03368  0.23853  0.64266

Coefficients:
            Estimate Std. Error t value Pr(>|t|)
(Intercept)  -0.052466  0.083391  -0.629  0.532915
delta_ln_PIB  -0.203272  0.117607  -1.728  0.091828 .
delta_Gini    -1.778037  0.530325  -3.353  0.001789 **
delta_Escolaridade -0.008390  0.002186  -3.839  0.000442 ***
delta_Priv_Saneamento 0.005307  0.005514   0.962  0.341771
---
Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 0.3617 on 39 degrees of freedom
(11 observations deleted due to missingness)
Multiple R-squared:  0.458,    Adjusted R-squared:  0.4024
F-statistic: 8.239 on 4 and 39 DF,  p-value: 6.453e-05
```

Modelo 5: Privação educação e privação saneamento

```
Call:
lm(formula = delta_ln_Pobreza ~ delta_ln_PIB + delta_Gini + delta_Priv_Educ +
    delta_Priv_Saneamento, data = dados)

Residuals:
    Min       1Q   Median       3Q      Max
-1.10506 -0.19160  0.03545  0.28219  0.67633

Coefficients:
            Estimate Std. Error t value Pr(>|t|)
(Intercept)  -0.136749  0.123683  -1.106  0.2757
delta_ln_PIB  -0.376408  0.143313  -2.626  0.0123 *
delta_Gini    -1.282802  0.651228  -1.970  0.0560 .
delta_Priv_Educ  0.008316  0.010220   0.814  0.4208
delta_Priv_Saneamento 0.003005  0.006441   0.467  0.6435
---
Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 0.421 on 39 degrees of freedom
(11 observations deleted due to missingness)
Multiple R-squared:  0.2657,    Adjusted R-squared:  0.1904
F-statistic: 3.528 on 4 and 39 DF,  p-value: 0.01498
```

Modelo 6: Número de escolas e privação de saneamento

```

Call:
lm(formula = delta_ln_Pobreza ~ delta_ln_PIB + delta_Gini + delta_Num_Escolas +
    delta_Priv_Saneamento, data = dados)

Residuals:
    Min       1Q   Median       3Q      Max
-1.10676 -0.20728  0.05711  0.23856  0.63499

Coefficients:
            Estimate Std. Error t value Pr(>|t|)
(Intercept)  -2.217e-01  1.111e-01  -1.996  0.0530 .
delta_ln_PIB  -3.347e-01  1.358e-01  -2.464  0.0182 **
delta_Gini    -1.479e+00  6.185e-01  -2.391  0.0217 **
delta_Num_Escolas  2.405e-05  1.499e-04  0.161  0.8733
delta_Priv_Saneamento  3.421e-03  6.559e-03  0.522  0.6049
---
Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 0.4244 on 39 degrees of freedom
(11 observations deleted due to missingness)
Multiple R-squared:  0.2537,    Adjusted R-squared:  0.1772
F-statistic: 3.315 on 4 and 39 DF,  p-value: 0.01976

```

Modelo 7: Números de escolas e unidades de saúde

```

Call:
lm(formula = delta_ln_Pobreza ~ delta_ln_PIB + delta_Gini + delta_Num_Escolas +
    delta_Unid_Saude, data = dados)

Residuals:
    Min       1Q   Median       3Q      Max
-1.06704 -0.23645  0.04801  0.31198  0.80947

Coefficients:
            Estimate Std. Error t value Pr(>|t|)
(Intercept)  -1.772e-01  9.344e-02  -1.896  0.06536 .
delta_ln_PIB  -3.694e-01  1.309e-01  -2.823  0.00746 **
delta_Gini    -1.515e+00  5.909e-01  -2.563  0.01434 *
delta_Num_Escolas  4.295e-05  1.408e-04  0.305  0.76199
delta_Unid_Saude  -4.749e-03  2.371e-03  -2.003  0.05215 .
---
Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 0.4056 on 39 degrees of freedom
(11 observations deleted due to missingness)
Multiple R-squared:  0.3186,    Adjusted R-squared:  0.2487
F-statistic: 4.559 on 4 and 39 DF,  p-value: 0.004066

```

Modelo 8: Privação de educação e unidades de saúde

```

Call:
lm(formula = delta_ln_Pobreza ~ delta_ln_PIB + delta_Gini + delta_Priv_Educ +
    delta_Unid_Saude, data = dados)

Residuals:
    Min       1Q   Median       3Q      Max
-1.07938 -0.22373  0.01218  0.28764  0.81077

Coefficients:
            Estimate Std. Error t value Pr(>|t|)
(Intercept)  -0.103540  0.114492  -0.904  0.37137
delta_ln_PIB  -0.394737  0.137649  -2.868  0.00664 **
delta_Gini    -1.353432  0.623801  -2.170  0.03619 *
delta_Priv_Educ  0.006326  0.009830  0.644  0.52365
delta_Unid_Saude -0.004528  0.002383  -1.900  0.06481 .
---
Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 0.4039 on 39 degrees of freedom
(11 observations deleted due to missingness)
Multiple R-squared:  0.3242,    Adjusted R-squared:  0.2549
F-statistic: 4.677 on 4 and 39 DF,  p-value: 0.003518

```